



## Câmara Municipal de Curitiba

### ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2019, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, conforme Edital de Convocação publicado aos seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, no Diário Oficial do Município de número vinte e quatro, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo, demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2019. A Audiência Pública foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Paulo Rink, e estiveram presentes os demais membros da Comissão, Vereadores Alex Rato, Dr. Wolmir, Edson do Parolin, Ezequias Barros, Mauro Ignácio, Professora Josete, Serginho do Posto e Tito Zeglin. O SR. PRESIDENTE:- As proposições lidas terão o seu encaminhamento regimental, com exceção daquelas que dependem da deliberação do Plenário, as quais serão apreciadas na segunda parte da Ordem do Dia da próxima Sessão. Está encerrado o Pequeno Expediente. Passaremos à Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Conforme Requerimento nº5.401/2020, aprovado em 10 de fevereiro de 2020, os horários destinados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais desta Sessão Ordinária estão destinados para a apresentação do relatório de gestão de finanças, referente ao terceiro quadrimestre de 2019. Convido os membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para assumirem os trabalhos da Mesa, iniciando a audiência pública sob a presidência do Vereador Paulo Rink.- (Assume a presidência o Vereador Paulo Rink).- O SR. PRESIDENTE:- Bom dia a todos. Declaramos aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que o Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2019, de acordo com o Art. 9º, §4º da Lei Complementar Federal nº101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal e o Art. 62 da Lei Orgânica Municipal. Esta audiência terá a duração de duas horas, com início às 9h24min, com término previsto para às 11h24min. A Comissão de Economia foi formada na semana passada, temos novos integrantes que vão participar agora, compondo a Comissão. A Comissão está composta por nove Vereadores. Eu, Vereador Paulo Rink, sou o Presidente, o Vereador Serginho do Posto é o Vice-Presidente e temos como membros os Vereadores Alex Rato, Dr. Wolmir, Edson do Parolin, Ezequias Barros, Mauro Ignácio, Professora Josete e Tito Zeglin. Teremos a presença dos convidados, as inscrições estão sendo feitas na recepção e desde já agradeço a presença do pessoal da Prefeitura. da Aline. aqui da Casa. com seu grupo de

trabalho, que vai iniciar a nossa apresentação. Então, vou informar sobre o roteiro desta Audiência Pública. O trabalho da Audiência Pública obedecerá ao seguinte roteiro: explanação da Sra. Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira quanto à gestão fiscal do Poder Legislativo; concessão da palavra aos presentes para comentários, sugestões e questionamentos; na segunda parte, teremos a explanação do Secretário Municipal de Finanças, Vitor Puppi, a respeito do relatório do Poder Executivo; concessão da palavra aos presentes para comentários, sugestões e questionamentos. A concessão da palavra será feita na seguinte ordem: para os Vereadores que compõem a Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização; para os demais Vereadores; e para os visitantes que se inscreverem através de formulário, que está sendo entregue na recepção do Plenário pelo pessoal do Cerimonial. O tempo concedido a cada inscrito será de dois minutos. As perguntas da população serão feitas por escrito e entregues a mim; eu lerei a pergunta a quem ela for destinada, ao Secretário Puppi ou à Aline, que, em seguida, poderão responder ao questionamento feito. De imediato, concedemos a palavra à Sra. Aline Bogo, Diretora Contábil e Financeira da Câmara Municipal de Curitiba, para fazer a sua apresentação sobre a parte financeira do Poder Legislativo.- A SRA. ALINE BOGO:- Bom dia, Vereador Paulo Rink, Presidente da Comissão de Economia. Estendo o meu cumprimento a todos os demais Vereadores desta Casa, também aos nossos visitantes, saudando o pessoal da Prefeitura, sempre parceiro do nosso trabalho. Esta Audiência tem por objetivo demonstrar os dados do exercício que passou, então os dados da gestão fiscal dos últimos doze meses, que seria de janeiro a dezembro de 2019. O orçamento da *Câmara*, referente ao exercício anterior, foi fixado em cento e trinta e nove milhões, quinhentos e quinze mil reais. Deste valor, foram realizados, em relação ao orçamento empenhado, cento e dezesseis milhões, novecentos e setenta e oito mil; e o valor repassado, a título de interferência financeira, pelo Poder Executivo à *Câmara Municipal de Curitiba*, somou cento e vinte e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil. Nesse quadro, temos a composição de como se calcula o limitador ao orçamento do Legislativo: pega-se a receita do exercício anterior, que seria 2018, do Poder Executivo, que foi de oito bilhões, setecentos e oitenta e oito milhões; dessa receita, extrai-se, então, as receitas com impostos, taxas, contribuição de melhoria, transferências constitucionais e a dívida ativa, que somou quatro bilhões, quatrocentos e setenta e seis milhões; e o máximo do Legislativo seria 4,5% dessa receita de quatro bilhões, quatrocentos e setenta e seis milhões, que daria duzentos e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil. Pelo que foi aprovado, foi estipulado um percentual de 3,12 e não 4,5, fixando o orçamento em cento e trinta e nove milhões, quinhentos e quinze mil. E, como já falei, o valor empenhado foi de cento e dezesseis milhões, novecentos e setenta e oito mil. Em relação ao valor transferido pelo Executivo, solicitamos onze repasses, de janeiro a novembro, que totalizou cento e vinte e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil; o repasse referente ao mês de dezembro, no valor de onze milhões, seiscentos e vinte e seis, não foi feito, pois não houve necessidade. A *Câmara ainda repassou*, devolveu ao Executivo, o valor de rendimentos com aplicações financeiras, de um milhão e cinquenta e sete mil; o valor recebido referente a um contrato com a Caixa Econômica Federal, para cessão dos direitos da folha de pagamento, no valor de trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e um; receita com as inscrições recebidas pela realização do concurso público, Edital 01 de 2019, no valor de um milhão, quinhentos e sessenta e um mil e oitocentos reais; cancelamento de restos a pagar, empenhos de 2018 que não foram realizados, não foram liquidados, dois milhões, quatrocentos e três, e a devolução da interferência não utilizada, dez milhões, novecentos e nove mil, o que totalizou um repasse do Legislativo para o Executivo de dezesseis milhões, duzentos e sessenta mil. E se formos considerar os onze milhões que não solicitamos, a devolução total foi de vinte e sete milhões, oitocentos e oitenta e seis mil. Em relação aos grupos de despesas, temos um valor empenhado, 82% com despesa de pessoal, 16,59% com despesas correntes e 1,41% com despesas de capital, os investimentos. Em relação às despesas de capital, o

valor orçado era de cento e nove milhões, cento e quinze, o valor empenhado foi de noventa e cinco milhões, novecentos e vinte, então, as despesas de pessoal representam 82% do valor empenhado, que é de cento e dezesseis milhões, novecentos e setenta e oito mil. Desse valor foram empenhados em vencimentos e vantagens fixas, setenta e quatro milhões, seiscentos e trinta e sete mil; obrigações patronais, pagamentos aos INSS, IPMC, FGTS, ICS, dezesseis milhões, quinhentos e nove mil; indenizações, quatro milhões, setecentos e setenta; e outras despesas, dois mil, novecentos e trinta e dois. Separando, então, em relação aos servidores efetivos e comissionados, temos os vencimentos e vantagens pagas a efetivos de trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e seis mil; subsídios pagos a Vereadores, sete milhões, quatrocentos e noventa e oito mil; vencimentos pagos aos servidores comissionados, trinta e quatro milhões, setecentos e treze mil; obrigações patronais, como já falei, dezesseis milhões, quinhentos e nove mil; indenizações, quatro milhões, setecentos e setenta; outras despesas, dois mil, novecentos e trinta e dois; totalizando os 82% que foram gastos com pessoal, de noventa e cinco milhões, novecentos e vinte mil. Nesse gráfico podemos ver o percentual gasto com efetivos, aqui estão distribuídas as obrigações patronais e as indenizações, totalizando 47,19% com efetivos, 43,49% com comissionados e 9,32% com o subsídio dos Vereadores. Em relação ao grupo de outras despesas correntes, temos um total orçado de vinte e cinco milhões e quatrocentos, e um total empenhado de dezenove milhões, quatrocentos e oito mil. Isso representa 16,59% do total empenhado. Desse valor de dezenove milhões, foram gastos com benefícios assistenciais, um milhão, novecentos e cinquenta e cinco; material de consumo, oitocentos e noventa e dois; locação de mão de obra, três milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil; serviços de pessoa física, quinhentos e vinte e oito mil; serviços de tecnologia da informação, um milhão, cento e noventa e oito mil; outros serviços de terceiros, pessoa jurídica, cinco milhões, trezentos e trinta e sete mil; o aporte realizado ao IPMC, cinco milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, e outras despesas correntes, noventa e quatro mil. Em relação aos gastos com as viagens realizadas no exercício de 2019, temos um total, que envolve diárias e também pagamento com passagens aéreas e hospedagem, oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e dois, desse valor, quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três são gastos realizados pelos gabinetes, Vereadores e assessores; trinta e nove mil, seiscentos e setenta e oito gastos realizados pelos servidores. Temos um total com diárias de dezesseis mil, trezentos e quarenta, total com passagens aéreas de cinquenta e um mil, duzentos e nove reais e hospedagens, vinte mil, seiscentos e noventa e três reais. Em relação agora à despesa liquidada no exercício, nós temos contratos com locação de mão de obra, que são os serviços terceirizados, foi liquidado no exercício de 2019, de um contrato com a empresa Higiserv e que posteriormente passou para a empresa Obra Prima, pessoal de apoio administrativo, seiscentos e dezenove mil; serviços de copa e cozinha, duzentos e cinquenta e dois mil e oitocentos; serviço de limpeza, oitocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis, e um contrato de vigilância com a empresa Embrasil, de um milhão, setecentos e quatorze mil liquidado em 2019. Em relação a outros serviços de terceiros, pessoa jurídica, valor gasto com a Sanepar, setenta e cinco mil, seiscentos e oito reais; energia elétrica, quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e noventa e dois reais; combustível, trezentos e dezoito mil e oitocentos e trinta e um reais; estagiários, um milhão e duzentos e um mil reais; internet, são dois links pagos à Empresa OI e à Empresa Algar, trezentos e nove mil, cento e quarenta e três reais; locação de computadores, uma despesa que iniciou ano passado, na metade do ano, cento e trinta e três mil, duzentos e um reais; locação de equipamentos telefônicos, duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e vinte e oito reais; locação de impressoras, cento e cinquenta e um mil reais; locação de veículos, oitocentos e seis mil; manutenção de bens imóveis, que são diversos contratos, manutenção predial, elevadores, plataformas, bombas d'água, entre outros, um total de seiscentos e oitenta e seis mil, oitocentos e oitenta e nove reais; manutenção de bens móveis, também diversos contratos, trezentos e dois mil, cento

e quatorze reais; manutenção de software, dois contratos com a empresa Elotech, trezentos e oitenta e um mil, duzentos e oitenta e cinco reais; postagens, gastos com Correio, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e dezenove reais; e telefone, sessenta e sete mil, setecentos e vinte e seis reais. Em relação à despesa de capital, uma despesa que tinha um orçamento de cinco milhões e foi gasto um milhão, seiscentos e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais, representando 1,41% do total empenhado no início que foi de cento e dezesseis milhões, novecentos e setenta e oito mil reais. Foi gasto com equipamento e material permanente, aqui incluem os equipamentos de som, de informática, mobiliário, setecentos e setenta e nove mil, trezentos e cinquenta e seis reais; e com obras e instalações, oitocentos e setenta mil, trezentos e vinte e cinco reais. Em relação aos valores liquidado dos contratos de obra do ano passado, temos uma licitação que ocorreu em 2018 e foi concluída em 2019, reformas de banheiros quinhentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta reais; pintura interna e externa, trezentos e quinze mil, quinhentos e sessenta e um reais; obra referente ao plano de combate a incêndio e pânico, cem mil, cento e doze reais, foi liquidado em 2019 e iniciou em 2018; e modernização dos elevadores, licitado em 2018 realizado em 2019, seiscentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e vinte e seis reais. Indo agora para a gestão de pessoal, em relação aos limitadores da nossa Constituição e também à Lei de Responsabilidade Fiscal. Temos, em relação à despesa de folha de pagamento, o Legislativo não pode gastar mais que 70% da sua receita. O entendimento do Tribunal de Contas do Paraná é que essa receita seria o total que a Câmara teria direito ao orçamento, um total então de duzentos e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil, onde 70% seria cento e quarenta e um milhões, quinze mil. Nós gastamos com folha de pagamento, aqui é o valor de despesa de pessoal excluindo as obrigações patronais, gastamos setenta e nove milhões, quatrocentos e dez reais, que representa 39,42% da receita. Se formos ver em relação ao orçamento, gastamos 56,92%. Então, não chegamos perto do limitador que seria 70%. Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que os dois poderes podem gastar 60% com despesas de pessoal, sendo que 6% seria para o Legislativo e considerando a Receita Corrente Líquida do Município, de janeiro a dezembro de 2019, uma Receita Corrente Líquida de sete bilhões, setecentos e cinquenta e seis milhões, que ajustada fica em seis bilhões, novecentos e cinquenta milhões. Considerando o gasto do Legislativo, o nosso percentual chegou a 1,31%. Baixou em relação ao segundo quadrimestre que era de 1,38%. O limite máximo seria de quatrocentos e dezessete milhões, gastamos um total de noventa milhões, cento e cinquenta mil reais. Nesse total de noventa e um milhões, cento e cinquenta mil, que é a despesa líquida com pessoal, aqui considerando a despesa liquidada, que no exercício de 2019 foi exatamente igual a empenhada, um valor de despesa bruta de noventa e cinco milhões, novecentos e vinte mil, excetuando as indenizações que são despesas não computadas, de quatro milhões, setecentos e setenta, temos a despesa líquida com pessoal de noventa e um milhões, cento e cinquenta, que em relação a receita corrente líquida chegamos ao percentual de 1,31%. Ainda em relação as metas da gestão fiscal, em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal, ficamos com uma disponibilidade em caixa, ao final do exercício de 2019, de cinco milhões, cento e quarenta e seis mil, sendo que desse valor trezentos e vinte e nove mil, setecentos e sessenta e cinco são recursos vinculados, e quatro milhões, oitocentos e dezessete e oitenta e dois são recursos não vinculados, então seriam recursos livres. Deixamos como obrigações financeiras um milhão, trezentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quatro, que são as despesas vinculadas que ficaram no passivo financeiro, e também os empenhos liquidados para serem pagos em 2020. O que sobrou então, uma disponibilidade em caixa de três milhões e oitocentos mil, que quando vamos ver os restos a pagar não liquidados, somam o mesmo valor, de três milhões e oitocentos. Então, a inscrição por insuficiência financeira foi de zero, porque exatamente o valor que ficou em caixa foi o valor de restos a pagar. E, concluindo, eu trouxe aqui um gráfico que demonstra o valor do orçamento do exercício de 2019, quanto foi gasto, quanto foi realizado, o valor

empenhado, que finalizou 83,85%. E o valor devolvido, que foi de vinte e dois milhões, para a Prefeitura Municipal, de 16,15% não utilizado. Seria isso. Agradeço a atenção de todos.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Aline. Os convidados presentes hoje: Superintendente Executiva, Daniele Regina dos Santos; Superintendente Técnico, Breno Pascualote Lemos; Superintendente Fiscal, Francisco de Assis Inocêncio; Departamento de Orçamento do Município, Carlos Eduardo Kukolj; Gerente de Orçamento, Márcio Heimoski; Departamento de Contabilidade, Claudinei Nogueira; Departamento de Rendas Mobiliárias - ISS, Adriano de Andrade Manzepe; Departamento de Rendas Imobiliárias - IPTU, Sérgio Luiz Primo; Coordenador de Núcleos Regionais, Ricardo Rodrigues Ribeiro; Coordenador da Secretaria de Finanças, Celso Bueno; Presidente da Junta de Julgamento Tributário de Curitiba, Sra. Caroline Brene; Coordenador de Projetos da Informação, Sr. Mário Nakatani Júnior; Núcleo Financeiro da Saúde, Sr. Edgar Lopes Júnior. Agradecemos a presença de todos. Sejam bem-vindos a esta Casa. Vereador Mauro Ignácio, primeiro inscrito. Vamos fazer bloco de três. Vereadores Professor Silberto e Bruno Pessuti.- O Sr. Mauro Ignácio:- Obrigado, Sr. Presidente Paulo Rink. Quero cumprimentar a Aline pela sempre bela exposição, bem detalhada. Cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente Sabino Picolo, pelos investimentos que têm sido feitos nesta Casa. Só me chamou a atenção, acho que não peguei bem o detalhe, Aline, se foi devolvido algum recurso à Prefeitura no final do ano passado. A Mesa anterior, com o Vereador Serginho, devolveu quase oitenta milhões. E a pergunta que faço agora é de quanto foi devolvido no ano passado.- O Sr. Professor Silberto:- Primeiramente, parabenizar a Aline pela apresentação bem esclarecedora. O meu questionamento é bem simples à Mesa também. A internet da Câmara tem uma dificuldade em acessar, muitas vezes, a rede social, para fazermos os trabalhos pela rede da Câmara. Vejo que a Câmara paga dois links e é um valor significativo. Muitas vezes não conseguimos fazer os trabalhos. O que podemos fazer para melhorarmos a rede, já que temos dois links, para termos um acesso mais qualificado para fazermos os trabalhos do Legislativo? Talvez essa pergunta não seja para você. Obrigado. O Sr. Bruno Pessuti:- Na verdade não é uma pergunta, mas uma constatação. Parabenizar a Aline e toda a equipe pelo trabalho que vem desenvolvendo dentro das Diretorias Contábil e de Administração Financeira desta Casa. Inclusive, recentemente, recebemos um comunicado do Tribunal de Contas de que nossas contas foram aprovadas com regularidade. Isso significa que o trabalho feito pelos assessores e pelos nossos servidores é um trabalho muito correto e muito cuidadoso, e faz com que esta Câmara Municipal tenha cada vez mais transparência e uma gestão que é exemplo para todas as outras Câmaras do Brasil. Parabéns Aline e a todos os seus servidores. - O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Bruno. Aline, pode transcorrer as respostas dos questionamentos dos Srs Vereadores.- A SRA. ALINE BOGGO:- Respondendo à pergunta do Vereador Mauro Ignácio. Primeiro, salientar que o orçamento de 2019 foi menor que o orçamento de 2018. Então, o orçamento que tínhamos em 2018 era de cento e quarenta e oito milhões e oitocentos mil, e em 2019 cento e trinta e nove milhões, quinhentos e quinze. Desse valor foram devolvidos, totalizando todas as devoluções: concursos, rendimentos de aplicações financeiras, restos a pagar, e a devolução pela não utilização do duodécimo, totalizamos vinte e sete milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, novecentos e dezenove. Esse foi o total devolvido ao Executivo no exercício de 2019. Em relação à pergunta do Professor Silberto, diversas ações pela Diretoria de Informática estão sendo feitas com novos equipamentos. E salientar que em um dos links, não me recordo qual, tivemos aplicação de dedução na fatura até por não cumprimento do contrato. Não me recordo qual dos dois links, não sei se o Everton tem alguma coisa que queria colocar em relação a isso, mas a Diretoria de Informática está tomando providências para que sejam melhorados. Agora, quanto à questão do telefone, não estamos usando a tecnologia que usávamos antes e sim a tecnologia Voipe, e houve uma redução de custos. Também vai melhorar a questão da internet. O diretor administrativo Everton Beckert me falou também que foi licitado um

novo wi-fi para a Câmara. Quero agradecer as palavras do Vereador Bruno Pessuti.- O SR. PRESIDENTE:- Próxima Vereadora inscrita, Noemia Rocha.- A Sra. Noemia Rocha:- Quero parabenizar a Aline, todos os anos ela está aqui fazendo a prestação de contas com excelência, parabéns a você e a sua equipe. A gente percebe que com essa devolução ao Executivo, e a gente sempre pensa e pede à Mesa Executiva a importância de também fazer aquele trabalho que foi feito aqui, de destinar para uma demanda a participação da Câmara nessa questão, mas eu sei que não depende de você. Eu fiz uma pergunta no ano passado, quero fazer a mesma pergunta nesse ano: dentro dessa devolução não daria para pensar, e já foi pensado, ou foi falado que está se fazendo um estudo em relação ao plano de carreira dos servidores aqui da Casa, a questão do vale refeição que estava se pensando, entram nesse quesito da devolução? E qual o valor? Eu sei que tem um índice de 4.5% de repasse do orçamento do Município para a Câmara. Não sei se é 4.5%? Mas parece que a Lei diz que o teto é 4.5%. Quero saber o quanto está sendo repassado, porque o que percebemos é que a cada ano está se diminuindo, a cada ano a gente está devolvendo, o que no meu ponto de vista está ótimo, mas talvez precisasse direcionar esses valores para que a gente possa ter uma transparência e uma participação efetiva dos trinta e oito Vereadores. Obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Próxima Vereadora inscrita, Maria Manfron.- A Sra. Maria Manfron:- Bom dia Aline, bom dia a todos. Na verdade já estou agraciada com as respostas. Mas quero cumprimentar a Aline, e cumprimentando-a, quero cumprimentar toda a equipe de economia, porque sabemos que não é fácil lidar com números, lidar com a economia. E sempre presente, sempre nos trazendo as informações. Parabéns para você, Aline, para a sua equipe, e que você continue fazendo as maravilhosas contas que você faz.- O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra à Sra. Aline para a resposta.- A SRA. ALINE BOGO:- Em relação à pergunta da Vereadora Noemia Rocha, primeiro vou falar dos 4.5%, que seria o limitador do orçamento do Legislativo em relação à receita do exercício anterior do Município como um todo. Para o exercício do ano de 2019, o nosso percentual ficou em 3.12%, não chegamos aos 4.5%. Até havia um valor maior, mas houve emendas supressivas e se chegou ao orçamento de 3.12%. O valor que é devolvido ao Município é como fonte de recurso livre. Então, o Poder Legislativo não tem como opinar onde a Prefeitura vai poder utilizar esse recurso. A única forma mesmo seria no momento de fazer o orçamento com as emendas dos Vereadores. Em relação ao valor não utilizado que é devolvido. Esse ano diversas ações foram feitas pela diretoria administrativa, foi criada uma comissão de estudos. E também a Comissão Executiva fez uma proposta de um estatuto novo que até de início se pensou em ter um auxílio alimentação, mas pensando no momento que o País vive, que o município vive, se decidiu que isso ficasse para mais tarde. Quero agradecer a toda a minha equipe, não faço esse trabalho sozinha. Agradecer as palavras da Vereadora Maria Manfron e de todos que nos parabenizaram. Obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Aline. Obrigado também ao Everton, ao Adroaldo, que estão presentes nessa audiência. A minha direita temos a presença do Secretário Vitor Puppi que estava sendo esperado, porque é o nosso próximo palestrante que vai prestar contas por parte do Executivo, desse quadrimestre. Aline, eu agradeço as suas palavras, sua transparência na apresentação. Você sempre fala que quer resumir as lâminas, mas as finanças temos que mostrar, detalhar, para que os Vereadores tenham o conhecimento de que não é um trabalho fácil, mas vocês fazem com muita maestria. Obrigado, sei que você vai pedir licença agora e voltar ao trabalho. Temos agora o Secretário Puppi com a palavra. Aline, obrigado.- O SR. VITOR PUPPI:- Exmas Vereadoras, Exmos Vereadores, Exmo. Presidente Paulo Rink, em nome de quem cumprimento a todos os Vereadores e autoridades da Mesa, Diretora Aline, parabéns pela apresentação, servidores presentes, senhoras e senhores. Hoje vamos apresentar o resultado do exercício inteiro de 2019 e vamos trazer também em primeira mão uma notícia muito importante para o Município, é um trabalho já de três anos que começou no início de 2017 com o que chamamos de Plano de Recuperação de Curitiba que foi votado e aprovado aqui nesta Casa e que

nos deu condições de implementar um trabalho de gestão fiscal, de equilíbrio fiscal e de, principalmente, respeito com o dinheiro do contribuinte curitibano. Vamos primeiro lembrar um pouco de como era a situação no início de 2017. Pode passar para o início da apresentação. Tínhamos aquela conjuntura que todos conhecem. Tínhamos um crescimento de 70% nas nossas despesas de pessoal entre 2012 e 2016, enquanto a nossa receita corrente líquida cresceu apenas 28%, isto gerou para o exercício de 2017 um déficit da ordem de dois bilhões, cento e noventa e quatro milhões de reais, justamente um dinheiro que a Prefeitura não tinha em 2017. Soma-se a isso, era a última parte do texto, tivemos um crescimento de aposentadorias no Município, e continua acontecendo, da ordem de quase 50% em quatro anos. Mais de cinco mil servidores se aposentaram, essa pressão aumentou em razão do trâmite da proposta de reforma da Previdência e depois da aprovação da reforma da Previdência muita gente que completou o seu tempo automaticamente, vamos chamar assim, se aposentou. Então, a realidade é que o Município vem perdendo um número grande de servidores, mas vem repondo também, nós contratamos, só este ano, em torno de mil professores, são mais de duas mil contratações que fizemos. Mas o Município, isso como uma realidade só de Curitiba, vem perdendo muita gente. Para um resumo, tínhamos o crescimento da receita em 28%; despesa de pessoal em 70% e reflexo direto disso o investimento da cidade entre 2012 e 2016 caiu 52%, nesse período. Se reflete justamente também na manutenção da cidade durante esse período, porque a cidade não tinha recursos e obviamente cortava os investimentos. E o que era esse déficit de dois bilhões, cento e noventa e quatro milhões de reais? Seiscentos e quatorze milhões de reais eram despesas sem empenho, eu vou trazer mais adiante o histórico e a situação atual dos seiscentos e quatorze milhões de reais que alertamos no início de 2017, duzentos e vinte e oito milhões de reais de restos a pagar sem caixa, um bilhão de reais de despesas de custeio da Secretaria sem previsão orçamentária, metade disso era a Previdência do ano de 2017, tínhamos quatrocentos e noventa e cinco milhões de reais previstos de aporte da Previdência para 2017 e não tínhamos um real provisionado no Orçamento para fazer frente a essa despesa. Tínhamos ainda os planos de carreira que foram aprovados, que foram encaminhados, sem que fosse respeitada a previsão orçamentária, também nos trazia um déficit de trezentos e vinte e sete milhões de reais, que era um dinheiro que não tínhamos em 2017. (slide) Isso culminou com o ranking da Secretaria do Tesouro Nacional. Curitiba era a pior capital, em termos de liquidez do País. Éramos na verdade três vezes pior que Recife, que era a penúltima colocada. Realmente, não tínhamos dinheiro em caixa para fazer frente às nossas obrigações. Vale lembrar que o nosso maior contrato na época era o contrato do lixo, da Cavo, que em janeiro de 2017 a última parcela paga tinha sido de junho de 2016. Esse cenário todo nos dava a classificação do Tesouro Nacional como C, ou seja, não poderíamos ter operações de crédito com o aval da União Federal. A história já conta, a Câmara aprovou em 2017 o plano de recuperação, aprovamos uma gestão histórica desta Legislatura, a primeira lei de responsabilidade fiscal entre as capitais do País. Aprovamos também a primeira previdência complementar entre as capitais do País, reformamos o nosso sistema de previdência antes do que o governo federal e, diga-se a verdade, majoramos sim as alíquotas, mas majoramos de uma forma escalonada de 0,5%. O Governo Federal majorou de uma vez só para 14%. Talvez, fosse aprovada antes a reforma no plano federal, não seria necessário que tivéssemos medidas como as que foram tomadas. Parcelamos os débitos previdenciários que a gestão passada nos deixou, mas de quatrocentos milhões de reais, que reparcelamos de duzentas prestações, junto a Secretaria da Previdência. Pagamos os pequenos credores da Prefeitura à vista, com muito esforço. Utilizamos a tecnologia do leilão para pagar as dívidas maiores da Prefeitura e também propusemos outras modificações na parte de recursos humanos, criamos novos mecanismos, como o Nota Curitiba, enfim, para incentivar a arrecadação da cidade. Isso foi o que foi aprovado, em síntese, existe muito mais, foi um apanhado breve do que foi aprovado pela Câmara em 2017, no plano de recuperação.

Tínhamos em 2017 referente ao Capag 2016, vale lembrar que a classificação do Tesouro Nacional sempre se refere ao exercício anterior, então em 2017 o nosso Capag era C e se referia ao exercício de 2016. Em 2018, com referência de 2017, B e em 2019 também era B. Vale lembrar que nesse período recuperamos a liquidez do Município, passamos de C para B, porque recuperamos o caixa e a nossa capacidade de pagar em dia as nossas obrigações. Curitiba paga, continua pagando e vai continuar pagando até o final desta gestão, em dia as obrigações, porque tem recursos em caixa. A parte orçamentária é casada com a parte financeira. Não temos mais esqueletos que correm sem empenho no orçamento. Depois de três anos de trabalho, com muito esforço, chegamos agora em 2020, referente ao término do exercício de 2019, com a letra A. Curitiba, pela primeira vez nesses anos, é uma das únicas cidades ou capitais, sei que Rio Branco e Palmas, cidades um pouco menores, conseguiram a Capag A. Mas Curitiba, uma cidade deste tamanho, perto das outras capitais, tinha classificação B e agora conseguiu a classificação A. Vale lembrar que dos Estados, nada menos do que dezessete do País, não pagam as contas em dia e tem Capag C ou D, que não tem condições de conseguir empréstimos para investimentos, sejam internacionais ou nacionais. Curitiba vem aí dando exemplo, mostrando que o equilíbrio fiscal reflete justamente na cidade. Temos hoje, a título de manutenção da cidade, os investimentos que fizemos na saúde, enfim, refletem a possibilidade que é ofertada, em razão de um equilíbrio fiscal, que só foi possível porque foi votado aqui na *Câmara* o plano de recuperação da Cidade, em 2017. Então, ainda aguardamos o Tesouro Nacional fazer essa apreciação, isso acontece geralmente no mês de abril ou maio, depois que o Município envia os seus balanços para a *Câmara*, mas os nossos cálculos, os nossos índices internos, já demonstram que vamos ter a classificação A do Tesouro Nacional. E como é que funciona essa classificação A? São três requisitos. O primeiro é um endividamento inferior, conforme fórmula e metodologia do Tesouro Nacional, a 60%, e estamos em 16%; segundo, a poupança corrente tem que ser inferior a 90%, e isso significa que a Cidade precisa investir, ou gastar em despesas de custeio não mais do que 90% do seu orçamento, e estamos em 89,35%. É uma média ponderada dos últimos três anos. Então, em que pese em 2017, termos absorvido uma parte muito significativa das despesas de 2016, que não foram pagas pela gestão anterior, mesmo assim, nessa média ponderada, conseguimos atingir agora os índices necessários para a classificação do Tesouro Nacional A. E, terceiro, o indicador de liquidez, que significa o quanto se tem de dinheiro em caixa; frente às obrigações do Município, temos aí 0,02, e ele tem que ser menor do que 1. Então, nossa liquidez realmente, hoje, é bastante significativa em Curitiba. (Próximo slide). O que proporciona a classificação do Tesouro Nacional? A classificação em si não é simplesmente a marca, o marketing ou o selo de bom pagador do Tesouro Nacional, conseguimos, com isso, aumentar a capacidade da Cidade em investir. Nós gastamos mais em investimentos em 2019 do que gastávamos em 2016, 62% a mais em 2019 do que gastamos em 2016; ficamos próximos a 2018, duzentos e cinquenta milhões de reais investidos em 2019. E é possível investir, sabemos disso, muito mais. Curitiba agora também teve autorização da *Câmara para obter empréstimos internacionais, empréstimos a juros baixos, um dinheiro muito barato que Curitiba recebe, tanto da Agência Francesa como do BID, em razão, justamente, da classificação do Tesouro Nacional. Não fosse essa classificação, a Cidade não teria condições nem de investir com recursos próprios e nem também de contrair essa possibilidade desses investimentos externos.* (Próximo slide). *Também, com relação à despesa de pessoal, tínhamos, em 2016, já retirado o FUC, aliás, medida que esta Câmara também aprovou e que, artificialmente, inflava a capacidade do Município de arcar com as suas despesas de pessoal, em 2016 estávamos em 51,7%, ou seja, acima do alerta, do limite prudencial das despesas de pessoal, e estamos hoje, em 2019, em 40,86%. Isto é, estamos abaixo do limite prudencial e mostrando um equilíbrio com relação às despesas de pessoal do Município. E vamos ver depois também um pouco mais adiante. E com relação à saúde, que mencionei, Curitiba*

vem investindo, e vem investindo muito, em saúde nos últimos anos. Então, percebam, eu já trouxe esse gráfico anteriormente, percebam que em 2016, aquela linha verde abaixo, o orçamento da Cidade começava com dezoito milhões de reais de recursos próprios no custeio da saúde; hoje estamos em duzentos e cinquenta e quatro milhões de reais de orçamento inicial da saúde na Cidade de Curitiba. Gastamos, em 2019, trezentos e três milhões de reais. Ou seja, já sabemos que vamos ter que suplementar a saúde, mas não nos níveis catastróficos que antes aconteciam. Se você tem um orçamento inicial de dezoito milhões e gasta cento e sessenta e um milhões de reais, é claro que existe um desequilíbrio orçamentário muito significativo e que prejudica a execução orçamentária do Município. Então, entre 2016 e 2019, crescemos, quase dobramos a quantidade de recursos na saúde. Isso reflete também a distribuição gratuita que o Município provém aos seus contribuintes, a maior parte aqui se refere a medicamentos da saúde. Então, percebam que Curitiba distribuiu, em 2016, em torno de cinquenta e cinco milhões de reais em medicamentos gratuitos e outros itens também, enfim, mas o mais significativo são medicamentos aos seus contribuintes. Nós quase dobramos também, fomos a noventa e nove milhões de reais em 2019. Então, Curitiba tem usado seus recursos não só para fazer frente aos seus investimentos, à manutenção, enfim, da cidade, mas também, e bem demonstram os números, são bem claros também os recursos à saúde, à distribuição, por exemplo, de medicamentos. Aí algumas ferramentas que nos possibilitaram chegar a esse quadro. Criamos, em 2017, a Coordenadoria de Custos e Análise de Projetos, hoje coordenada pelo Vilmar Fernandes dos Santos, e conseguimos economizar, em três anos, cento e vinte milhões com contratos. Posso dar um exemplo, o contrato da informática da cidade, que em 2016 com ICI girava em torno de onze a doze milhões de reais e que não era pago, existia a obrigação e essa obrigação sequer era paga pelo Município, reduzimos em 2017 para seis milhões e novecentos, ou seja, de doze para seis e novecentos, foi um corte bastante significativo, hoje está em torno de sete milhões e quinhentos mil reais por mês, mas foi uma redução bastante significativa com relação ao que era praticado em 2016. E, dentre outros contratos também, contrato de limpeza, contratos de manutenção da cidade, enfim, que conseguimos por meio do trabalho dessa Coordenadoria de Custos que foi criada, reduzir de 2017 para cá. Criamos também, V.Exas. sabem, o Nota Curitibana, coordenada pelo Mário Nakatani, que está aqui presente, tivemos em torno de 17% do aumento de emissão de notas fiscais, o que é muito significativo para uma cidade como Curitiba, temos ainda problemas, questões importantes a enfrentar com relação a emissão de nota fiscal, sejam estacionamentos ou outros prestadores de serviços que teimam em não emitir a nota fiscal, mas vamos chegar lá, vamos em breve também proporcionar a emissão da nota fiscal por meio de aplicativo, por meio de telefone celular, o contribuinte vai poder emitir sua nota fiscal por meio do telefone, não vai precisar mais entrar no sistema, o que vai certamente tornar muito mais rápida a emissão e facilitar também a vida do prestador de serviço em Curitiba. Nós tivemos mais de cento e vinte e cinco mil inscritos no programa, cento e trinta mil emissoras de notas, trinta entidades premiadas e quase sessenta mil cidadãos premiados no período do Nota Curitibana. Criamos pela COPI, que também é coordenada pelo Mário Nakatani, a agenda on-line. A agenda on-line é um agendamento pela internet dos atendimentos ao Município. Com relação especificamente à Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento, modificamos o atendimento do contribuinte, modificamos também o fato do auditor fiscal se dedicar mais às atividades internas e não a frente do contribuinte, e conseguimos reduzir filas e tornar mais expedito o trabalho não só da Secretaria de Finanças, como também de cinco secretarias que já usam a agenda on-line que também foi criado pelo COPI, na Secretaria de Finanças. E aqui está ainda na Câmara, tenho certeza que será votado, e rogo mais uma vez seja aprovado aqui por V.Exas., o primeiro fundo de recuperação e estabilização fiscal com receitas próprias do País. Esse é um marco muito significativo ao lado da responsabilidade fiscal, ao lado da previdência complementar, que foi aprovada e que vai tornar a Cidade de Curitiba

referência na parte fiscal. E por que referência na parte fiscal? Porque precisamos estar à frente, inclusive, para captar dinheiro no mercado, porque Curitiba, porque as cidades brasileiras precisam ir a bancos que cobram juros caros, quando poderíamos voltar a emitir títulos, voltar a pensar em financiar a Cidade de uma forma mais inteligente e, principalmente, mais barata, do que arcar com juros especialmente em bancos nacionais. Isso será certamente um instrumento que colocará a Cidade à frente e evitará que a Cidade, em momentos que ocorram quedas na arrecadação, quedas na receita, enfrente aquilo que foi enfrentado em 2017. Queremos manter as obrigações da Cidade em dia, queremos manter a credibilidade da Cidade de Curitiba em dia e temos certeza que o Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal é um instrumento muito importante que já existe em outros países, principalmente na Europa, nos Estados Unidos, e tenho certeza absoluta que será um exemplo da Cidade para as outras capitais, as outras cidades do País. Então, passado esse início, vamos ao nosso cenário de 2019 da Cidade de Curitiba. Com relação às nossas receitas. Tivemos receitas de quase quatro bilhões de reais no período de 2019, nossas receitas correntes aumentaram quase 5%, as nossas receitas de capital aumentaram 9,16% e as receitas intra-orçamentárias, que são aquelas relacionadas à Previdência, tiveram decréscimo de 18%. Esse decréscimo decorre do ajuste que terminou em 2018 no IPMC. Então, tivemos uma distorção de dados em 2018 e esse é o reflexo em 2019, mas estava dentro das nossas previsões. Arrecadamos 103% do que havíamos previsto em relação à receita total, em especial o crescimento na receitas correntes e nas intra-orçamentárias arrecadamos 99,1% dentro, portanto, do nosso previsto, mas tivemos um acréscimo total nas receitas sem a intra-orçamentária de 5,10%, o que é bastante expressivo para Curitiba. Vou explicar um pouquinho mais adiante. Justamente o ISS que é o nosso principal tributo, nos deu o melhor resultado. Tivemos um crescimento real do ISS de 6,87%, principalmente em razão do crescimento do setor de tecnologia de informação. A tecnologia de informação em Curitiba tornou-se um setor extremamente importante, temos empresas significativas que contribuem de forma bastante expressiva para a Cidade. E isso fez com que tivéssemos esse aumento na arrecadação do ISS no período de 2019, bastante significativo, de 6,37%. Percebam que o ISS, vou mostrar depois que embora o ISS tenha crescido, já foi maior na Cidade de Curitiba, tivemos um decréscimo muito significativo em 2016 e 2017, o ISS se recuperou um pouco em 2018, agora sim voltou a crescer no ano de 2019 de forma mais expressiva. Com relação à meta. Arrecadamos em 2019 quase 10% a mais do que prevíamos com relação ao ISS. Isso é muito importante para a Cidade de Curitiba. Em especial, em razão também do decréscimo na arrecadação em outras áreas, vou mostrar um pouquinho mais à frente. Os segmentos que mais evoluíram, do ponto de vista total, estamos falando de recursos brutos: apoio técnico jurídico contábil, duzentos e dezoito milhões de reais; saúde e assistência médica, cento e setenta e sete milhões; construção civil tivemos um decréscimo ou quase estável, cento e trinta milhões de reais; informática e tecnologia, cresceu e cresceu muito e vem crescendo nos últimos anos, em torno de cento e vinte milhões de reais; bancos, cento e onze milhão de reais. Esses foram os cinco maiores setores do ISS. Com relação ao IPTU. Também tivemos um acréscimo real de 8,79%. Boa parte desse acréscimo, é preciso explicar, decorre das dações em pagamento que resolvemos em 2019. O que eram as dações de pagamento? Eram imóveis que o contribuinte oferecia como parte do pagamento de dívidas em 1985, em 1992 e em 1995 e que ficavam estocados na Prefeitura. E justamente a Prefeitura não tinha condições orçamentárias de fazer esse ajuste. E quando fazemos esse orçamento você precisa ter espaço para fazer esse ajuste. E quando fazemos esse ajuste orçamentário, você precisa ter espaço para fazer esse ajuste das dações de pagamento. O que acontecia na prática é que o imóvel permanecia em nome da pessoa, embora ela já tivesse dado como forma de pagamento ao Município há muitos anos. Então, conseguimos resolver esse problema, e isso também ocasionou um acréscimo, em especial na arrecadação de IPTU. Uma parte desse acréscimo real, de 8,79, é justamente esse ajuste das dações

em pagamento. Com relação a evolução do IPTU, desde 23 de dezembro de 2014, quando aqui na Câmara foi aprovada a lei que reviu a planta genérica, os critérios da planta genérica do Município, o IPTU tem crescido. E é preciso esclarecer aqui que o IPTU de Curitiba não cresceu mais do que o IPTU de São Paulo, do que o IPTU de Porto Alegre ou que o IPTU de Belo Horizonte. Pelo contrário, essas cidades lançaram um aumento de até 30% no ano seguinte, a revisão da planta genérica. O que Curitiba fez em 2014, e renovou em 2017, foi um crescimento escalonado da base de cálculo do IPTU, as alíquotas foram mantidas, da inflação, mais um percentual de 4% ou 7%, foi 5% e 8% em 2015. Então, é bom lembrar que o IPTU, esse gatilho foi mais alto em 2015, do que foi em 2017, 2018 e 2019, mas Curitiba manteve esse gatilho. E o que acontece é que o imposto cresce, mas não cresce tanto de um ano para o outro, em comparação com outras cidades. Tivemos também um aumento na arrecadação do IPTU, quase 5% acima da nossa meta que estabelecemos em 2019, graças ao trabalho dos auditores fiscais, dos técnicos da Secretaria de Planejamento e Financiamento. Aqui está o Sérgio Primo, nosso Diretor, também o Francisco Inocêncio, nosso Superintendente Fiscal, o Adriano Manzepe, Diretor de ISS, que representam um valoroso trabalho em que a Cidade de Curitiba, e isso eu gostaria de deixar claro para a Câmara, a Cidade de Curitiba é hoje muito mais independente do que era antes. Estamos cada vez menos recebendo dinheiro do Estado do Paraná, cada vez menos recebendo dinheiro da União Federal, e cada vez mais dependendo dos nossos recursos e dos nossos esforços, em especial o ISS e o IPTU. Com relação ao ITBI, é um imposto que oscila muito em razão do mercado. Tivemos uma queda de 3%, real, com relação ao que arrecadamos em 2018. Percebam que o ITBI realmente oscila. Tivemos um acréscimo, em 2018, bastante significativo, em razão também da lei que foi aprovada aqui na Câmara, e que sedimentou uma questão que já era pacificada no País, mas que Curitiba ainda estava atrasada, que é o pagamento do ITBI na escritura, e não na matrícula. Então, isso refletiu um aumento bastante interessante em 2018. Tivemos uma queda em 2019, de 3%, e uma frustração em torno de 2.3% do que esperávamos arrecadar de ITBI no período. Como no ITBI os valores são menores do que o IPTU e ISS, essa queda acaba sendo compensada pelo acréscimo dos outros tributos. Aqui mostra a nossa pirâmide, a nossa base, o ISS. Arrecadamos em torno de 1.3 bilhão de reais. O IPTU, oitocentos e sessenta e cinco milhões de reais; imposto de renda retido na fonte, trezentos e oitenta e seis milhões de reais; ITBI, trezentos e trinta e três; e taxas, em especial a taxa de lixo, que também foi aprovada aqui nesta Câmara. Vale lembrar que a cidade possui um déficit no lixo, histórico, que ocasionava esses atrasos que eram pagos com juros e correção monetária pelo contribuinte curitibano, nos anos subsequentes. Esse dinheiro não era pago pelo Tesouro no prazo correto, e obviamente as empresas não vão perdoar atraso do Tesouro. Elas pediam juros e correção monetária, aliás, um dos maiores precatórios que já foram pagos na história de Curitiba foi, justamente, em razão da ausência de pagamento regularmente do lixo por muitos anos. Então, tivemos aí esse acréscimo real de 4.65% nas nossas receitas tributárias, em 2019. Percebam o que eu disse, em valores reais, ou seja, corrigidos pela inflação, o ISS de Curitiba já foi maior, em 2015. Percebam que o problema de 2015 a 2016 não era apenas a falta de recurso, mas outros problemas. Um bilhão, duzentos e noventa e sete em 2015. Estamos em um bilhão, duzentos e setenta e três, quase um bilhão e trezentos em 2019. Com relação ao IPTU, percebam que a partir de 2015 tivemos um acréscimo bastante significativo, e aí o ITBI é a linha cinza e a última é a taxa de lixo, que arrecadava em torno de cento dezoito milhões de reais em 2016, arrecada hoje cento e setenta e dois milhões de reais, e a cidade não mexeu nos valores da taxa de lixo a título de correção monetária. São os mesmos valores praticados em 2017 da taxa de lixo, com a diferença que, aqueles que tinham descontos na taxa de lixo em razão de decréscimos em seu IPTU, limitações em seu IPTU, passaram a contribuir com o custo total do serviço, o que é uma medida de justiça fiscal em Curitiba. Com relação às transferências que recebemos: o SUS cresceu 12%, mas esse crescimento também não é apenas de recursos da União.

Fizemos um ajuste na metodologia de empenho técnico, mas vou explicar aqui o que são esses 12%. Os hospitais muitas vezes descontam o dinheiro que recebem do SUS diretamente nos bancos. Então, o que acontecia? Esse registro do dinheiro não passava pelo Tesouro Municipal porque ele não vinha para o Tesouro. Passamos a registrar esse dinheiro porque esse dinheiro faz parte sim do registro contábil do Tesouro Municipal, e isso ocasionou um acréscimo em relação às transferências do SUS, embora isso aconteça em todas as capitais do País. As cidades estão cada vez mais contribuindo com seus recursos próprios, já que a União não aporta da mesma forma para cobrir os serviços de Saúde nas cidades, especialmente as grandes e as médias cidades. Com relação ao ICMS, esse é um problema enorme do Município de Curitiba. Ao mesmo tempo que passamos e continuamos atendendo a população da Região Metropolitana da Cidade, recebemos cada vez menos dinheiro do ICMS do Estado do Paraná. Atendemos nos nossos postos de saúde pessoas de Araucária, Colombo, enfim, da Região Metropolitana, e Curitiba recebe infinitamente menos do que recebe Araucária, por exemplo. Esse é um critério extremamente injusto para a Cidade de Curitiba do ponto de vista do ICMS, como mostrarei mais para frente. O FUNDEB também teve uma queda de 1.6%, IPVA 1.2% de acréscimo, Fundo de Participação dos Municípios, que é um recurso que os municípios recebem da União Federal, duzentos e setenta e oito milhões de reais. Um acréscimo de 3.6% em 2019. Outras transferências: cento e nove milhões. O FNDE caiu, e caiu bastante, caiu 13%. O FNDE é um dinheiro da União para construção em especial de equipamentos escolares, CMEIs, enfim, esse dinheiro diminuiu, e diminuiu no Brasil inteiro, não foi só em Curitiba. Outras transferências de capital: tivemos um acréscimo, fomos a quarenta e um milhões. Convênios correntes: perdemos aí 60%; convênios e capital: perdemos 66%, apenas 30 milhões de reais. Vamos mostrar, na sequência, a receita dos convênios. Isso é para mostrar que Curitiba investe, faz a manutenção essencialmente com recursos próprios. Percebam quanto Curitiba recebeu de convênios entre 2014 e 2019. Em 2014 recebeu setenta e nove milhões de reais de convênios do Estado do Paraná. A maior parte desse recurso de 2014 se refere ao recurso do transporte coletivo, ao subsídio do transporte coletivo, que naquele ano foi conferido ao Governo Municipal pelo Estado do Paraná. Esse dinheiro parou em 2015, em 2016, e também em 2017. Percebam que a cidade recebeu, em 2018, em torno de cento e vinte milhões de reais a título de convênios. Disso metade mais a metade, eram a título de investimentos, asfalto, enfim, em torno de quarenta milhões de reais o dinheiro do FUC, subsídio do transporte coletivo aqui da capital. Em 2019 recebemos apenas quarenta e quatro milhões de reais, o equivalente a 1.4% da nossa receita própria. É um recurso importante que o município recebe? É, mas é muito pouco. Curitiba subsidiou o transporte coletivo em cinquenta milhões de reais em 2019, e recebeu do Estado do Paraná, apenas quarenta milhões de reais. Quarenta milhões de reais significam, aproximadamente, vinte e sete milhões de reais corrigidos, que o governo do Município não quis receber em 2015 e recebeu em 2018. Percebam que a cidade faz, o que ela aplica na manutenção, na infraestrutura urbana, decorre muito mais de recursos próprios do que, especialmente, de convênios, embora, repito, eles sejam importantes para a cidade, mas não é só de convênios que a cidade sobrevive, e isso os números mostram. Com relação aos repasses, percebam a linha amarela a questão do ICMS. De 2014 a 2019 a Cidade sobrevive com duzentos milhões de reais a menos do ICMS do que recebia. Esse é um número extremamente significativo. Essa diferença que o Estado deixou de pagar a título de cota-parte do ICMS para a Cidade de Curitiba, daria para subsidiar o transporte de Curitiba por dois anos. Pelos critérios aprovados na distribuição dos 25%, o Estado do Paraná privilegia muito mais áreas de populações rurais em detrimento da região urbana de Curitiba e é por isso que Curitiba vem perdendo recursos além, obviamente, do fato de que empresas deixaram a capital. Sempre cito aqui o exemplo da Ambev que saiu de Curitiba e foi para Ponta Grossa. Mas não é só isso, os critérios da lei estadual são desfavoráveis ao Município de Curitiba. Aí o nosso índice do ICMS. Então, lá em 2013, é justamente esse índice que regula a

distribuição de recursos do ICMS na Capital, era de 0.14%, passou a 0.09% em 2020. Significa que aí está a perda de duzentos milhões de reais da Cidade de Curitiba. Agora vamos passar para as despesas. Ao tempo em que as nossas receitas próprias cresceram, mantivemos as nossas despesas equilibradas no ano de 2019. Eu me lembro que estive aqui em 2018 e disse que as despesas, naquele ano, cresceram porque em 2017 absorvemos muita coisa, colocamos muita coisa para dentro que estava embaixo do tapete de 2016. Então, 2018 é uma base mais sólida; 2019 uma base sólida, então mantivemos nossas despesas relativamente equilibradas. Despesas correntes, crescemos 0.067%. A capital, que é uma despesa que significa investimentos, inversões financeiras, dinheiro para as administrações indiretas aí de Curitiba, crescemos 35%. Reservas, mantivemos iguais. E a despesa casa com a receita intra-orçamentária, 18.3%, dentro das nossas previsões. Em especial com relação à despesa. O Município gastou menos 11% com juros e encargos da dívida. Pessoal e encargos sociais, gastou 0.5% a mais, ou seja, é um número bastante estável para uma despesa de três bilhões, seiscentos e quarenta milhões. Essa é uma despesa que, pelo seu tamanho, é tão sensível que se cresce em um patamar um pouquinho maior, já pode desequilibrar o Município. Conseguimos manter essa despesa estável mesmo concedendo, em 2019, o reajuste de 3.5%, que pode parecer pouco, mas a inflação daqueles doze meses foi menor. E as outras despesas correntes cresceram 1%, ou seja, é um cenário bastante estável do ponto de vista despesas, receita e inflação. Com relação às inversões financeiras, tivemos uma operação especial de saneamento de uma dívida que a Curitiba S/A tinha com o Município. Essa operação consistia no seguinte: o Estado do Paraná era credor da Curitiba S.A por muitos e muitos anos, por décadas, e a Curitiba S.A devia ao Município, porque quem pagou essa dívida foi o Município, não foi a Curitiba S.A, em torno de cento e trinta milhões de reais. Então, como o capital social da Curitiba S.A é 99% do Município de Curitiba, resolvemos fazer uma troca, aportar contabilmente esse valor no capital social da Curitiba S.A e esse é o reflexo desse acréscimo de cento e quarenta e nove milhões de reais. Amortizamos trezentos e vinte milhões de reais em dívida, crescemos 30% na amortização da dívida, em especial, com leilões e precatórios e os nossos investimentos caíram 6.39%, mas se mantiveram num patamar de duzentos e cinquenta e dois milhões de reais, eram duzentos e cinquenta e sete milhões de reais em 2018. (slides) Aí são os seiscentos e quatorze milhões de reais das despesas sem empenho de 2016. Então, como estão hoje as despesas sem empenho daquele período. Percebam que pagamos ou já parcelamos praticamente todo esse valor, no final do ano passado parcelamos em torno de trinta e cinco milhões de reais que a cidade devia ao FEAES, agora FEAS, entre os anos de 2015 e 2016. Parcelamos esse valor uma prestação em torno de seiscentos mil reais, quitamos a nossa dívida como ICI. A cidade não deve, devia, fez um acerto de contas, devia em torno de doze milhões e depois um acerto de contas com o ICI referente a 2016, 2015, hoje não devemos mais nada, quitamos por meio do nosso leilão essa dívida. Temos ali, carregando ainda o parcelamento da Previdência, recursos que o Município não aportou no IPMC, em especial em 2016. Depois estarei a disposição para explicar um pouco mais. O resultado dos nossos leilões. Pagamos cento e dezoito milhões de reais com os leilões, obtivemos um desconto de vinte milhões de reais, o Município conseguiu economizar com o leilão inverso. Então, desembolsamos noventa e seis, mas quitamos cento e dezoito milhões de reais, um deságio médio de 17.3% nos nossos leilões. Os nossos precatórios. Repito que a cidade está em dia com os precatórios, hoje, no Brasil é menos agraciada do que quem atrasa, quem atrasa tem previsibilidade, nós não temos. Então, percebam que em 2011 o precatório era 52%, foi a noventa e dois milhões de reais, curiosamente a despesa precatório foi pequena entre 2013 e 2016, 35%, 23%, 27% e 29% , passou a 23, 106, 117 e 62 entre 2017 e 2020. Esta é a quantidade de precatórios que Curitiba vai pagar, já pagou ao final de 2019 e deve continuar pagando em 2020, vale lembrar que a cidade permanece em dia com o pagamento dos precatórios. Com relação a Previdência, também depois do plano que foi aprovado aqui na Câmara, incluímos

os valores dos aportes no orçamento, então, percebam que em 2017 esse valor era igual a zero, ou seja, Curitiba não tinha dinheiro para pagar os aportes da Previdência, a partir daí inserimos no orçamento essas previsões, devemos pagar em 2020, a título de aportes, trezentos e cinquenta e um milhões de reais ao IPMC. Com relação à disponibilidade de caixa do município, a disponibilidade bruta de dois bilhões e trezentos e setenta e seis milhões, mas aí tem recursos também que envolvem fontes vinculadas e restos a pagar dessas fontes vinculadas. Temos ali restos a pagar do Tesouro, setenta e um milhões de reais; restos a pagar de fontes vinculadas, trezentos e cinquenta e oito milhões de reais. E por que existe os restos a pagar de fontes vinculadas? Especialmente diante de convênios recursos que são de vinculação obrigatório e que ficam desde já inscritos como restos a pagar. Consignações, noventa e seis milhões; demais compromissos, treze milhões de reais. Então, temos de resultado de caixa um bilhão, cento e setenta e oito milhões de reais, destes seiscentos e cinquenta e oito milhões de reais são recursos destinados a outras áreas. A nossa receita corrente líquida, subiu 3.99%, fomos a sete bilhões, setecentos e cinquenta e seis milhões de reais. Nosso resultado primário positivo de quatrocentos e setenta e um milhões de reais; o nosso resultado nominal, seiscentos e quarenta e dois milhões de reais. Resultado nominal significa o quanto o Município melhorou em relação a dívida consolidada do Município entre um ano e outro. Então, melhoramos seiscentos e quarenta e dois milhões de reais com relação a 2018. Aí os nossos limites. Limites das nossas despesas com pessoal, que já mostrei, ficamos em 40,86% no período. Aí com relação ao histórico das nossas despesas com pessoal, percebam que o Município cresceu muito entre 2012 e 2016, foi a 51,7% e agora revertemos a 40,86%. Com relação aos limites da dívida consolidada, o que é isso? Isso é dívida inteira. Se somarmos todos os credores BID, FD e a previdência. Nós devemos mesmo hoje em Curitiba para a previdência, 2015 e 2016. Se somarmos tudo isso, dá um bilhão, duzentos e quarenta e oito milhões de reais. Hoje teríamos capacidade de pagar essa dívida e ainda sobriam recursos em caixa, então temos aí uma dívida consolidada negativa, o que significa que o município tem dinheiro em caixa, inclusive para quitar as suas obrigações ou antecipar, se achar interessante. Tenho dito que eu poderia trazer só esse gráfico para resumir a nossa apresentação de cada quadrimestre. No momento em que eu não estiver aqui, e esse momento logo chegará, é importante que a cidade continue cobrando esse gráfico. Esse gráfico mostra as despesas de exercícios anteriores. Aquela despesa que não aparece no exercício, que pode potencialmente maquiar um resultado do exercício, mas que vai aparecer mais para a frente, geralmente sem empenho, geralmente com juros, geralmente com correção monetária. Então, percebam ali que o Município, em 2014, quando naquela época também foi aprovado um plano de parcelamento de credores e fornecedores, o Município tinha uma dívida de vinte e três milhões de reais. É um número aceitável, porque vejam o Município não consegue prever exatamente todos os seus empenhos até 31 de dezembro e alguma coisa, eventualmente, pode passar. Quando os números chegam a cento e vinte e dois, a duzentos e iriam a quatrocentos e noventa e três milhões de reais em 2017, aí realmente alguma coisa estava errada e estava muito errada. O que corrigimos nessa linha azul para sessenta e cinco milhões, em 2017; nove milhões em 2018 e dois milhões, duzentos e trinta mil em 2019, com relação aos outros anos. Quanto a novação, ou seja, os nossos parcelamentos com os credores, também vem caindo proporcionalmente, ou seja, não estamos escondendo absolutamente nada, não temos despesa sem empenho no Município de Curitiba. Aí com relação a nossa composição da dívida externa, temos a maior parte com o BID, duzentos e cinquenta e três milhões de reais e com a Agência Francesa um saldo de cento e trinta e um milhões de reais, que estamos amortizando ao longo do tempo. E aí o nosso maior número, a nossa dívida interna, lá embaixo, é aquela linha verde do RPPS, que são os valores que a cidade paga para o IPMC, das dívidas contraídas entre 2015 e 2016, com juros de 6% ao ano, mais IPCA. É a maior e mais cara dívida que o Município tem e que vai pagar por quinze anos, que o contribuinte de

Curitiba vai pagar por quinze anos, em razão do que não foi repassado nesses dois anos. Estudamos também hoje aqui na Secretaria de Planejamento e Finanças, a troca dessa dívida por uma dívida mais barata. Hoje com os juros e a Selic mais baixa, podemos pleitear a uma instituição financeira que nos alivie dessa taxa de juros de 6%, mais correção monetária. Isso ainda não foi encaminhado, mas está sob estudo conosco. Com relação aos limites e garantias, temos duzentos e trinta e nove milhões de reais de garantias concedidas, a maior parte referente a operações antigas da Cohab, mas estamos bastante abaixo dos limites, estamos em 3,09 dos limites da resolução do Senado Federal. Limites como operação de crédito 0,63%, poderíamos chegar até 16%. Então, Curitiba tem muito espaço e muita capacidade de se endividar. Quando digo endividar, significa tomar recursos a custos baixos. Não podemos partir para uma instituição financeira que nos cobre 170% do CDI. Aliás, a Capag, justamente a Capag, que eu disse aqui, do Tesouro Nacional, é que nos permite pleitear operações baratas. Eu vejo Porto Alegre, por exemplo, tentando uma operação a 170% do CDI, porque é Capag C e não tem recurso sequer para pagar suas obrigações. Tivemos aí ofertas de 114, 112, enfim, ofertas muito mais baixas, e que decorrem de um círculo virtuoso do equilíbrio fiscal. Sem o equilíbrio fiscal, sem a classificação, sem o Rating, não conseguimos obter recursos e continuar um círculo virtuoso de investimentos na Cidade. (Próximo slide). Aí, limites de publicidade e propaganda, estamos em 0,23%; o máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal é de 0,60%. Foram dezoito ponto cento e sete (18.107) milhões de reais em 2019, na média dos anos anteriores. (Próximo slide). Com relação aos índices constitucionais, na saúde, a exigência é de 15%, gastamos em torno de 21,84%. Tenho dito que, embora se gaste muito na saúde, o índice por si só não importa, o que importa é a qualidade do gasto. Seja na saúde, seja na educação, o índice mede um valor que é gasto no Município, mas o que é significativo realmente é como esse dinheiro é empregado. Com relação à educação, a exigência constitucional é de 25%, realizamos 25,38%; então, acima do limite constitucional de 25%. Eu encerro, agradecendo esta Casa, mais uma vez, pela aprovação do plano em 2017, que nos trouxe, depois de três anos de muito trabalho, e quero agradecer aqui a todos os servidores da Secretaria de Finanças e Planejamento que estão presentes, todos os superintendentes, coordenadores, diretores, os núcleos, que também estão presentes aqui, dizer que foram três anos de muito trabalho, que sair de um patamar C, da pior Capital do País em liquidez, para uma classificação A, é algo realmente que fica escrito, e fica escrito dentro desta Casa, que teve a coragem de aprovar um plano e devolver a Cidade ao curitibano. Era isso. Muito obrigado. (Palmas).- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Destaco a presença do Presidente da *Câmara Municipal*, Vereador Sabino Picolo. Após essa explanação do Secretário, vamos passar a palavra, para as perguntas, primeiro, aos integrantes da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Já tenho aqui duas perguntas da população, que vou ler depois. E se mais alguém quiser fazer perguntas, vou deixar até o primeiro bloco dos Vereadores da Comissão para recebê-las, para que eu possa fazer a leitura e depois entregar ao Secretário, para que todo mundo tenha a palavra e a reunião discorra tranquilamente. No primeiro bloco, temos os Vereadores Serginho do Posto, Mauro Ignácio e Professora Josete. Peço, por gentileza, que os Vereadores sejam sucintos nas perguntas, temos dois minutos, para que possamos levar essa audiência no tempo previsto. Então, obrigado e vamos começar os trabalhos, parabéns pela apresentação, é muito importante para a nossa cidade essa transparência. Com a palavra o Vereador Serginho do Posto.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Bom dia a todos, eu quero cumprimentar o Secretário Vitor Puppi, saudar todos os integrantes da Secretaria de Finanças, e também o esforço em conjunto dos gestores e secretários que participaram desses resultados hoje trazidos aqui. Eu tenho duas perguntas, mas também quero rapidamente cumprimentar a Aline pela apresentação das contas da Câmara Municipal, tendo em vista o êxito que tivemos na aprovação do biênio 2018, 2017. E, conseqüentemente, cumprimento os Vereadores que participaram dessa gestão, Mauro, Bruno, Julieta, Tico Kuzma,

Toninho e Cristiano Santos. Agradeço a colaboração naquele período em que fechamos agora com aprovação junto ao Tribunal. As duas perguntas, Sr. Secretário, são em relação às licenças não fruídas pela Lei 13.948/2012. Os aposentados do Município de Curitiba estão aguardando um pagamento, muitos que deram entrada há alguns anos estão, aparentemente, numa fila aguardando o recebimento, sendo que a Lei 13.948 diz que tem que ser recebido em pecúnia. As contas da Câmara apresentadas aqui, no ano passado pagaram quase cinco milhões em indenizações. As mesmas indenizações que a Prefeitura tem atrasado com os aposentados. No processo na Câmara, os aposentados dão entrada, a partir do momento da aprovação junto ao processo administrativo, o dinheiro já fica depositado na conta. Então, tivemos um pagamento, no ano passado, apresentado aqui, hoje, de cinco milhões. Qual o montante a ser pago aos aposentados e qual valor está sendo reservado da Prefeitura, anualmente, especificamente para essas indenizações? A segunda pergunta é em relação à taxa de contribuição de melhorias, eu sempre tenho questionado o senhor por esse modelo de taxa de contribuição, que há muitos anos o Município de Curitiba deixou de exercer e trabalhar com os munícipes a taxa de contribuição. Então, eram essas duas perguntas, o prazo de pagamento, o montante e qual reserva no orçamento para essas indenizações.- O Sr. Mauro Ignácio:- Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentá-lo, Secretário Puppi, sua equipe também, agradecer pela explanação, foi uma aula, o passado, o presente agora e a comparação entre os dois mundos. Dizer que para estar na vida pública hoje eu entendo que tem que ter coragem e responsabilidade. E esta Casa não tem faltado ao Executivo, dando governabilidade à gestão. E por esse motivo, se a cidade hoje tem avanços, se tem pagamento de folha, se está de pé, esta Casa, os vinte e sete Vereadores têm responsabilidade nisso. E eu tenho dito, inclusive, desafiado aqui a bancada do arco íris que nós temos que ter um painel lá na Boca Maldita com quem votou a favor da cidade e quem votou contra a cidade. Bancada do arco íris, porque acham que lá o Prefeito está sentado em cima de um pote de dinheiro e isso não acontece. Então, Secretário, eu peço agora, resumindo, o investimento de Curitiba para 2020 e também qual a maior despesa de Curitiba e os desafios que foram enfrentados nessa gestão, o senhor detalhou, mas entendo que temos que ser mais didáticos, o cidadão tem que entender o que é gestão pública e a dificuldade de se manter uma cidade em pé em um momento de crise que afeta todo o País, o Governo Federal, o Governo Estadual e os Governos Municipais também. Então, é importante que isso seja repetido para que a população tenha ciência da missão de ser governante e ser parlamentar neste País.- O SR. PRESIDENTE:- Vereadores, peço a gentileza que se atenham ao tema da audiência. Temos o Vereador Ezequias inscrito e peço aos senhores que se atenham ao tema da audiência de hoje. O Vereador Mauro Ignácio acabou fazendo alguns comentários desnecessários, peço escusas. Vereador Mauro, a pergunta é sobre o tema financeiro do Município de Curitiba.- O Sr. Dalton Borba:- Gostaria de solicitar à Mesa que de fato isso não se transforme em palanque político e que as perguntas sejam técnicas dirigidas ao Secretário. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Professor Dalton, o senhor me conhece, tento levar na maior transparência possível e por isso fiz este alerta ao Vereador Mauro Ignácio, para que a gente se atenha às questões da Audiência Pública de Finanças. O Secretário de Finanças e sua equipe técnica estão aqui hoje para que possamos esclarecer as perguntas relativas a esse tema. Na sequência, próximo participante da Comissão de Economia, Vereador Ezequias Barros, por gentileza.- O Sr. Ezequias Barros:- Obrigado, Presidente. Parabenizar o Secretário Puppi que faz um trabalho junto com a sua equipe sensacional. A gente fica vendo os números e comentamos, entre nós aqui, fica difícil realmente fazer qualquer colocação contrária. Secretário, trabalhando com o Vereador Bruno nesta semana e na semana passada, a questão dos aplicativos e do táxi, e há muita controvérsia sobre a questão financeira, a questão de quem paga mais e aí me veio a situação de perguntar ao senhor o valor recolhido hoje pelos táxis. O que os táxis recolhem ao Município e quanto também recolhem os aplicativos? Acho importante ficar claro isso, e não é também para dizer quem faz

mais, mas até para ficar claro quem coopera com o que, fazendo aplicativos ou trabalhando com o táxi na nossa Cidade. No mais, parabenizar o senhor e à sua equipe. Claro, o Vereador Mauro falou de uma situação que só foi possível a Cidade estar nesta condição, porque tivemos a coragem de votar favorável ao projeto. E foi o senhor que veio aqui, inclusive, apresentar em algumas reuniões a saída para Curitiba, e a gente só tem que parabenizá-lo por isso.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador. Passamos a palavra ao Secretário Puppi para responder aos três Vereadores.- O SR. VITOR PUPPI:- Agradeço as perguntas. Iniciando com a pergunta do Vereador Serginho com relação à licença-prêmio. Curitiba tem um estoque aproximado de cento e trinta milhões de reais em licença-prêmio, em deficit, que se acumula desde 2013/2014, enfim, e vem se acumulando em razão do crescimento do número de aposentadorias nesse período. Como funcionavam os valores que o Vereador questionou que eram provisionados o pagamento no orçamento? Historicamente, esse valor era em torno de dois milhões de reais, dois por ano. Então, a Prefeitura provisionava dois milhões de reais no orçamento, esse valor subiu para dez milhões de reais, mas se mostrou completamente insuficiente diante desse valor de cento e trinta milhões de reais. Como vamos tratar essa questão? Talvez seja uma das últimas questões que precisamos tratar ainda em 2020. Vamos encaminhar em breve um projeto de lei aqui à Câmara que autorize o Município a reconhecer esse valor como dívida do Município e a parcelar esse valor e também utilizar um desconto administrativo. Não vamos utilizar a metodologia do desconto, vamos parcelar esse valor e já pagar boa parte desse valor, em torno de quarenta milhões de reais, já temos previsto, em 2020, das licenças-prêmio que não foram usufruídas. Acreditamos que num horizonte de três, quatro anos, vamos conseguir ficar em dia. Mas, os servidores já vão começar a receber esse ano as licenças-prêmio, após a aprovação da lei. Não tenho o número do ano passado das licenças, foi muito pouco, não foi significado o que foi pago no ano passado, justamente porque aguardávamos também fechar essa metodologia da lei. Também queremos, Vereador, privilegiar aqueles que estão aguardando há mais tempo, com parcelamento menor. Tratar de forma diferente os desiguais. Então, quem aguarda desde 2013, receber em poucas parcelas, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, mas já começar a efetuar o pagamento desse valor por meio de parcelamentos, e não de descontos. O Município deve encaminhar em breve à Câmara. Com relação a contribuição de melhoria, é uma pergunta que o Vereador Serginho tem trazido nas últimas audiências, e com muita razão. Curitiba não tem a tradição, ao contrário de outros municípios, de cobrar contribuição de melhoria em razão dos investimentos públicos. Vale lembrar que contribuição de melhoria decorre justamente da valorização dos imóveis, em decorrência de um investimento que é feito pela cidade inteira. Esse é um assunto que tem que ser tratado, tem que ser realmente amadurecido. Nós montamos, no Município, uma comissão que estuda o assunto. Existem resistências, em razão de que justamente há muito tempo não foi feito, e como foi feito no passado teve problemas. Mas, tem que ser feito, eu concordo, acho uma obrigação do Município lançar mão da contribuição de melhoria, justamente porque o particular acaba tendo um benefício, e tem que ser também ressarcido, vamos dizer assim, à comunidade, ao entorno, que é por meio da contribuição de melhoria ao mecanismo primordial. Mas, ainda não temos, Vereador. Faço mais uma vez o mea-culpa, mas espero que em breve consigamos lançar. Com relação às perguntas do Vereador Mauro Ignácio, o total de investimentos que temos previstos para 2020, em torno de seiscentos e três milhões de reais. Esse valor, obviamente, depende das operações com o BID e com a AFD, que estão em fase final de assinatura de contratos. Já tivemos o ok da União Federal, e estamos aguardando, salvo engano, a deliberação do Senado Federal com relação a autorização desses empréstimos. Mas, o ponto de vista de ambas as instituições financeiras, seja para a Caximba, que é o recurso da Agência Francesa, ou também da nova conectora, que é o recurso do BID, em breve devemos ter a aprovação e vamos começar a licitar esses trechos. Licítamos agora o realinhamento da Praça do Japão, Sul, com recursos próprios do Tesouro, em torno

de trinta e seis milhões de reais, da Praça do Japão até o Pinheirinho, que é aquele realinhamento que vamos fazer com recursos próprios. E continuamos, enfim, investindo, conforme os recursos previstos na Lei Orçamentária do Município. Com relação a despesa maior, obviamente é a despesa de pessoal. A despesa previdenciária é a segunda maior, ativa e inativa. As duas somadas são em torno de quatro bilhões de reais. O Município gasta em torno disso. Para concluir, em razão daquela aprovação, conseguimos equilibrar essas despesas. Com relação aos desafios, eu diria que os maiores estão na administração dessas despesas, porque qualquer ponto percentual que se some a essas despesas, o resultado é muito grande. Então, o Município tem que ter capacidade orçamentária financeira para fazer frente. Esse equilíbrio é o maior desafio, é fundamental. Com relação às perguntas do Vereador Ezequias, as ATTCs arrecadam, em Curitiba, em média, em torno de dois milhões de reais ao mês. Uber, Cabify, 99, pode ter mais uma, mas não é tão significativa. Então, em torno de dois milhões de reais/mês. Os táxis pagam diretamente à Urbs. Não tenho aqui o valor preciso, mas eles pagam um valor de outorga à Urbs, que é parcelado, mas não sei precisar o valor. Vou pedir que te encaminhem, o Claudinei já está anotando para encaminhar ao seu gabinete essa informação em breve. Mas, certamente é um valor bem menor do que os aplicativos hoje contribuem para a Cidade.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Próxima oradora inscrita, Vereadora Professora Josete e, na sequência, eu e o Vereador Edson do Parolin.- A Sra. Professora Josete:- Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Secretário e todos da sua equipe da Secretaria de Finanças aqui presentes. Algumas coisas são mais específicas, enfim, se não conseguir responder agora, que na sequência eu pudesse ter acesso. Quando analisamos o gasto por função segurança pública, observamos uma variação considerável de alguns elementos ali. Então, gostaria de saber o que levou a essa variação. Primeiramente, em relação ao material de consumo, que em 2018 o gasto foi em torno de dezessete mil reais, e em 2019 saltou para oitenta e oito mil. Essa é uma variação de quase 400%. Óbvio que diante de um orçamento de nove bilhões isso é ínfimo, mas nos chamou a atenção essa variação considerável. Da mesma forma também, ainda dentro de segurança pública, passagens e despesas com locomoção, em 2018, representou em torno de trinta e dois mil reais e em 2019 saltou para setenta e quatro mil reais. Então, uma variação de mais de 120% também. Gostaria de saber o porquê disso. E nos chamou a atenção também em relação a assistência à criança e ao adolescente, outros serviços de terceiros, pessoas jurídicas, que no ano anterior houve um gasto de duzentos e dezesseis mil e isso caiu para treze mil, aproximadamente. Então, também são elementos que nos chamaram a atenção. Bem, gostaria de fazer uma pergunta, porque acredito que isso nos auxilia no trabalho de fiscalização. Ao observarmos alguns contratos, nos chamou a atenção porque, principalmente, houve um aumento considerável em relação às despesas na Secretaria de Meio Ambiente. Fomos acompanhar alguns contratos e o processo licitatório. Isso resultou em uma notícia, que é a nº46191556938, do Ministério Público do Estado do Paraná, na Promotoria de Justiça e Proteção ao Patrimônio Público. A dúvida é, quando o município realiza um pregão eletrônico, qual é o procedimento para se averiguar a composição societária? Quais são os sócios das empresas? Porque nos chamou a atenção que as empresas vencedoras, todas, estavam ligadas ao mesmo núcleo familiar, cujo sobrenome é Brunetta. Então, qual é o papel do pregoeiro? Se não é do pregoeiro, de quem é? E verificar essa documentação, porque nos chamou a atenção esse fato. É o Ministério Público, ao final, também conclui que era importante tanto realizar uma sindicância interna dentro da Secretaria de Finanças do Município de Curitiba, como também determinou que houvesse a instauração de inquérito. Seria essa a dúvida. E, na sequência, se houver tempo, tenho mais dois questionamentos. Obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Sr. Secretário, serei o próximo a fazer uma pergunta que é bem simples. Na verdade, é mais para que a gente possa esclarecer à população desses leilões inversos. Como surgiu essa ideia, essa iniciativa da Prefeitura, de sua equipe? Se isso já era feito em anos anteriores? Porque a gente viu uma dívida de

duzentos milhões que eram de credores do Município, poderiam ser pessoas descontentes com o Município, que a partir do momento em que a Prefeitura teve essa iniciativa, esses credores acabaram recebendo, mas o Município também economizou, se não me engano, na prestação de contas desse ano, que eu anotei rápido, quase vinte milhões. Gostaria que o senhor fizesse um comentário rápido sobre essa nova ou antiga, mas para mim que hoje estou na presidência parece ser uma questão não tão longínqua, gostaria que o senhor falasse sobre esse assunto. E agradecer as suas palavras, a sua exposição. Parabéns a você e a sua equipe por esse trabalho à Cidade. Próximo Vereador inscrito, Edson do Parolin.- O Sr. Edson do Parolin:- Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Secretário, a minha pergunta é: desse montante do orçamento, quanto que a Prefeitura tem para aplicar em moradia esse ano? Tendo em vista que no começo da gestão a Prefeitura investiu fortemente naquelas casas que estavam paradas, a Prefeitura investiu muito dinheiro para retomar as obras da habitação, mas temos muitas casas, muita demanda da periferia solicitando moradia própria. Queria perguntar para o Secretário qual é o valor que será destinado esse ano para moradia de interesse social na Cidade de Curitiba.- O SR. PRESIDENTE:- Próximo Vereador inscrito, Tito Zeglin.- O Sr. Tito Zeglin:- Quero saudar o Puppi, esse menino que está fazendo um trabalho muito digno, importante, diante da Secretaria. Até conversei com você há meses e gostaria que você desse uma pinceladinha sobre os cartões de crédito. Bragança Paulista, que é a sede, nada de braçada, porque aqui a gente paga as contas com o cartão, não sei se recolhe alguma coisa na Cidade de Curitiba, mas tenho certeza que em Bragança Paulista o imposto sobre serviço é recolhido. Então, se você puder esclarecer para nós, porque isso me incomoda barbaridade. Cada vez que eu pego em meu cartão de crédito penso nisso, e está me incomodando, Secretário. Por favor, esclareça alguma coisa para a gente nesse sentido. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Sr. Secretário.- O SR. VITOR PUPPI:- Agradeço as perguntas. Vou começar pelas perguntas da Vereadora Professora Josete. Com relação a crescimentos, material de consumo, passagens e despesas na função de segurança pública. Temos que perguntar ao Secretário de Segurança. Sinceramente, o detalhamento dessa despesa eu não sei. O que eu posso dizer é que contratamos muitos guardas. O nosso efetivo da Guarda Municipal cresceu bastante em 2019. Ainda temos alguns guardas a serem nomeados em 2020 e isso implica um acréscimo de custeio da Secretaria. Certamente, hoje gastamos, embora não seja essa rubrica, tenha certeza, mas gastamos muito mais em uniformes, munição, em armamento do que gastávamos antes. Com relação a material de consumo, deve ser algum consumo interno. Sinceramente tem que estudar e perguntar ao Secretário. Vou pedir ao Claudinei que encaminhe esse questionamento. Da mesma forma com relação à função de assistência à criança, outros gastos com pessoas jurídicas. Também de pronto não sei informar, mas não passará em branco, vou pedir para que seja esclarecido. Com relação a pregão eletrônico que aconteceu na Secretaria do Meio Ambiente. Existe um decreto que segue as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado. O Município não pode limitar a participação além do que prevê o decreto, a concorrência, do contrário estaremos limitando outras empresas que entrarem, ou que podem concorrer livremente. Não sei o caso específico, quem licitou foi a Comissão do Meio Ambiente. Mas, certamente, me parece que não deve ter havido proibição para que essa licitação fosse homologada e fosse adjudicado. Não sei quem é parente, se alguém é parente, mas existem regras que foram observadas. De toda forma esse pleito, esse processo licitatório, correu na Secretaria do Meio Ambiente. Vou pedir para que seja esclarecido. Sei que existe também uma notícia, um ofício do Ministério Público Estadual, questionando sobre esse pregão específico que aconteceu. A Secretária do Meio Ambiente certamente vai esclarecer qualquer questionamento. De toda forma, vou passar a ela, porque também essa auditoria e esse inquérito não são no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças. Isso corre na Secretaria do Meio Ambiente, mas vou passar à Secretária Marilza que, certamente, vai encaminhar os esclarecimentos necessários. Com relação a pergunta do Vereador Paulo Rink, os

leilões inversos. Eu diria que a necessidade faz o sapato. O que tínhamos na época era uma pressão muito grande para um caixa reduzido, até posso dizer, me sinto a vontade para dizer, que a primeira informação de caixa em que o Prefeito Rafael Greca me perguntou como está o caixa da Prefeitura, perguntei ao então coordenador de caixa e ele, na época, me disse que em 1º de janeiro tínhamos cinco mil reais no caixa. Esta informação depois se mostrou falsa porque havia ingressado ao final de 2016, dia 31 de dezembro de 2016, uma parte da anistia daqueles recursos da União Federal. Então, esse recurso era maior, mas demonstra bem que o Município foi a exaustão até 31 de dezembro, tanto foi a exaustão que deixou de pagar até a patronal dos servidores, não pagou a patronal dos servidores, noventa e dois milhões de reais e escolheu pagar outras contas. Então, o leilão inverso surgiu como? Dessa pressão que tínhamos no caixa, da necessidade de estabelecer algum mecanismo que nos desse algum fôlego para, a partir de um tempo, recuperar a liquidez do município. Deu certo, aliás, tivemos uma adesão imensa ao leilão, tivemos um questionamento, inclusive, por parte de um deputado, que foi arquivado no Tribunal de Justiça, um questionamento político não técnico, o Tribunal de Justiça arquivou por unanimidade, em 2017 começou esse questionamento. E tivemos sucesso com relação aos descontos que foram oferecidos. É claro que o País mudou um pouco, porque os juros caíram, então, a taxa de desconto também tem que ser melhor trabalhada no futuro. Com relação a questão do Vereador Edson do Parolin, do montante previsto para a habitação de interesse social. Temos no orçamento de 2020, vinte e um milhões de reais já previstos para este valor. Além disso temos também recursos do superavit financeiro, nós imaginamos que mais em torno de dez, quinze milhões de reais e que também devemos investir e disponibilizar para habitação de interesse social. Isto em 2020. Com relação ao Vereador Tito Zeglin, agradeço a colocação, é uma questão que também nos torna, e falo agora também em nome da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças de todas as capitais, sou Presidente, com relação aos cartões de crédito. A grande verdade é que em 2016 esta pergunta já me foi feita pelo Vereador Serginho do Posto, então Presidente, e eu disse que venderam uma grande ilusão para os municípios, aprovaram uma lei em 2017 dizendo que esse recurso seria pulverizado e seria recolhido aonde é feita a operação e não em Bragança, em Barueri, em Poá, que recebem esse montante todo de recurso. O que acontece é que as administradoras e operadoras de cartão de crédito perceberam que seria muito difícil recolher em cinco mil e tantos municípios a cada alíquota, a cada obrigação acessória que os municípios iam estabelecer e judicializaram a questão. O Supremo Tribunal Federal suspendeu essa lei, por uma decisão liminar do Ministro Alexandre Moraes. Existe uma tentativa política de aprovar um projeto de lei no congresso, que passou já na Câmara, que estabelece um mecanismo nacional para distribuir esse recurso. Vai agora ao Senado. Esse mecanismo é interessante aos municípios, mas também precisa ser aprimorado, ele faz confundir conceitos também na obrigação de operação de cartão de crédito junto com o plano de saúde, porque a mesma questão também vale para o plano de saúde que é recolhido em algumas cidades, não em todas as cidades, em que estão os verdadeiros tomadores de serviço, as pessoas físicas. Então, eu diria que hoje o tema está judicializado. Depende ainda a aprovação de uma lei para depois essa liminar ainda ser cassada no Supremo Tribunal Federal. Então, existem alguns capítulos ainda para isso vir aos municípios onde são prestados os serviços.- O SR. PRESIDENTE:- Temos as perguntas dos Vereadores: Noemia Rocha, Professor Euler e Herivelto Oliveira. Para formular requerimento, concedemos a palavra ao Vereador Tito Zeglin.- O Sr. Tito Zeglin:- Sr. Presidente, solicito a prorrogação desta audiência por mais trinta minutos.- O SR. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento verbal do Vereador Tito Zeglin, que solicita a prorrogação da audiência por mais trinta minutos. (Pausa). APROVADO. Com a palavra a Vereadora Noemia Rocha.- A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Secretário Vitor Puppi e quero agradecê-lo por nos atender na Secretaria, não a mim, mas a comunidade que

represento. Muito obrigada, independente do meu posicionamento ideológico nesta Casa. A previsão do governo federal foi de acréscimo de 3,8 a 4% do PIB e tivemos aí 0,89%, com certeza isso impactou Curitiba. Você disse que Curitiba está independente na questão financeira, o governo estadual não está repassando recursos, muito menos subsídios. No gráfico eu fiquei com dó do governo Fruet, porque foi baixíssimo, quase não teve. Mas você fez uma fala que me interessou. O governo não quis receber subsídio? Isso procede? É admirável, porque você está precisando do governo estadual, você precisa de subsídio e não quis receber? Essa é uma informação importante para nós enquanto parlamentares e que fiz parte do governo também, mesmo como oposição. Secretário, a minha pergunta também, qual é a inadimplência hoje do IPTU? Você disse que as pessoas que tinham endividamento com a Prefeitura e deram o seu imóvel, gostaria de saber como foram resolvidas essas questões, porque achei muito interessante essa informação. Houve um deficit no ITBI? Podemos concordar com a fala que fizemos que por causa do pagamento à vista teríamos contrato de gaveta? Acho que é um crescimento. Em relação às despesas judiciais de precatórios, gostaria de saber como está a fila de espera. Gostaria de saber quanto está se gastando ou quanto se gastou em 2019 em asfalto e quanto se gastou em ações sociais na Cidade de Curitiba? Veio para esta Casa em novembro agora, duzentos e cinquenta milhões de financiamento para a infraestrutura. Gostaria de saber quais recursos já estão disponíveis e qual é a atual fase de execução das obras e serviços? Isso impactará a Linha Verde? - O Sr. Professor Euler:- Bom dia, Secretário Vitor Puppi. Agradeço a sua presença e parabenizo a explanação, que foi muito bem feita. O senhor mencionou que a dívida hoje de Curitiba, talvez eu me engane no número, mas era de um bilhão, duzentos e quarenta e oito milhões, mas que, palavras do senhor, com o dinheiro que Curitiba tem em caixa, na verdade seria uma dívida negativa de cerca de um bilhão. Fazendo um cálculo rápido, aparentemente Curitiba tem em caixa dois bilhões e duzentos e cinquenta milhões, aproximadamente. Queria saber se isso realmente confere e se Curitiba tem a capacidade de pegar dinheiro a 110% do CDI, pela classificação que Curitiba tem, o que daria cerca de 5% ao ano. Obviamente isso é muito melhor do que o que se paga com RPPS, que é 6% ao ano, mais o IPCA. Obviamente, trocar por uma dívida mais barata, lógico que é melhor. Mas melhor ainda não é deixar de pagar juros, já que há dinheiro em caixa? E 5%, que seriam os 110% do CDI, significariam, perto dessa dívida, cerca de cinquenta milhões ao ano? - O Sr. Herivelto Oliveira:- Bom dia, Secretário Vitor Puppi. Parabéns pela explanação. Eu tenho algumas questões relacionadas ao IPTU. Já paguei o IPTU à vista algumas vezes, quando o desconto para pagamento à vista era mais generoso; se não me falha a memória, era de 10%. Curitiba hoje dá 4%, São Paulo dá 3%. São as cidades que dão os menores descontos entre os grandes municípios brasileiros. Em BH é 5%, Porto Alegre dá 10%, Florianópolis, nossa vizinha, dá 20%, e pelo Brasil afora temos municípios que dão até 30% de desconto, principalmente, no Rio de Janeiro. A inadimplência, que a Vereadora Noemia Rocha perguntou, é em torno de 15%, né?, as pessoas que não pagam o imposto, e apenas 35%, desculpe a quantidade de números, mas é fundamental para a explicação, 35% dos contribuintes pagaram o imposto, o IPTU, à vista. Eu faço a seguinte colocação: se esse desconto aumentasse, não teríamos uma diminuição na inadimplência e um aumento na arrecadação antecipada, o que também seria lucro para o Município? Obrigado. - O SR. PRESIDENTE:- Devolvemos a palavra ao Secretário, para as respostas. - O SR. VITOR PUPPI:- Agradeço pelas perguntas. Vou começar com as perguntas, e não foram poucas, da Vereadora Noemia Rocha. Com relação, inicialmente, ao subsídio. Curitiba recebeu, em 2018, do Estado do Paraná, quarenta milhões de reais de subsídio. O que eu disse é que, em 2015, quando o Estado do Paraná deixou de efetuar o pagamento do subsídio, foi oferecido um valor ao governo do Município. Esse valor, atualizado, hoje chega na casa dos quarenta milhões de reais; e esse valor, na época, e com alguma razão, foi considerado baixo. Mas a verdade é que o Estado hoje utiliza a rede de Curitiba, a rede metropolitana utiliza a rede do Município de Curitiba, está aqui o terminal ao

lado, que é a prova disso, e não ressarcir integralmente esses custos. A verdade é que a Cidade acaba bancando, o passageiro, na verdade, acaba bancando essa operação, esse custo integral. A Cidade contribuiu com cinquenta milhões de reais em 2019, e agora, nesse período tarifário, está fazendo os estudos para verificar quanto vai ser, e se o Estado vai contribuir ou não com o subsídio, em 2020. Quero dizer, quero frisar aqui que o dinheiro do Estado é importante, é bem-vindo. Mas não se pode ter a falsa noção de que tudo que é feito, é feito com o dinheiro do Estado. Pelo contrário. A grande maioria esmagadora do que é feito, é com recurso próprio, dada a magnitude dos números mostrados na apresentação. Com relação ao IPTU, a inadimplência histórica é de 15%; subindo, mesmo antes das correções, a de 2014, e antes o desconto também era maior, mantivemos os 15%. Então, do ponto de vista estatístico, e aí já tomo a liberdade de responder em parte a pergunta do Vereador *Herivelto Oliveira*, demonstrou-se com o tempo, estatisticamente, que aumentar o desconto, em primeiro lugar, não reduz a inadimplência, temos aí 85% de adimplentes, e esses é que devem ser sempre louvados, não reduz a inadimplência e não aumenta o pagamento à vista. Tivemos, este ano, em torno de 34% de contribuintes que pagaram à vista. E esse número vem se repetindo: 33% num ano, 34% num outro, 32% em outro. Então, ele varia muito pouco, independente do desconto. E o desconto de 4% ainda assim está acima da inflação e acima até do que o Estado pratica com o IPVA. Porto Alegre dá 10%, mas Porto Alegre, com o devido respeito, não é hoje exemplo. Porto Alegre precisa de dinheiro em caixa. A verdade é que Porto Alegre hoje tem um caixa negativo e precisa, de toda forma, até com muita rapidez, ter recurso rápido em caixa, por isso oferece essa prerrogativa dos 10%. Que aliás, pessoalmente, acho que vai além de uma renúncia fiscal que o Município poderia oferecer, porque o chefe do Poder Executivo oferecer um desconto de 10% ou 20% sobre uma receita inteira da cidade é também de ser questionado. Vamos pensar que Curitiba oferecesse 10%, esses 10% nós lançamos em torno de novecentos milhões, são noventa milhões de reais. É muita coisa. Então, isso também tem que ser mensurado. É claro que existe o desejo do contribuinte de ter um desconto maior, é um incentivo, não deixa de ser o desconto, mas eu diria, com base no que temos visto nos últimos anos que não se justifica aumentar o desconto para ter uma expectativa que vá ter um recolhimento espontâneo maior. Os números mostram ao contrário. Então, nesse sentido, também já tomei a liberdade de responder ao Vereador *Herivelto*. Seguindo as perguntas da Vereadora *Noemia*, com relação ao ITBI, a questão do parcelamento também é uma questão estatística, 6% parcelavam, é muito pouco. O que vamos fazer agora para atender essa demanda, em breve deve sair um chamamento para pagamento via cartão de crédito. Então, a pessoa vai poder dividir em parcelas via cartão bancário, sem que o Município pague, isso é importante dizer, pague taxas para isso e nem tenha float, que é a demora do recurso vir para o Município, então devemos, em breve, lançar um chamamento nesse sentido e que vai solucionar essa questão do parcelamento. Vale lembrar que a questão do pagamento do ITBI na escritura decorre de uma Lei Federal também, então, nesse sentido o Município se adaptou à Lei Federal. Com relação aos precatórios, a cidade continua em dia, então, a demora hoje que existe é depois do processo judicial, o autor tem que inscrever até 31 de junho o seu crédito lá na central de precatórios e a central de precatórios nos informa em julho, agosto o valor que devemos incluir no orçamento. O que acontece é que como Curitiba está em dia com precatórios, esse valor sempre pode ser uma surpresa, quem não está em dia paga um percentual da receita corrente líquida, deva o Estado do Paraná vinte e dois bilhões ou não, ele vai recolher o mesmo valor. Já Curitiba pode recolher cem milhões num ano, dez num outro, trezentos, o que é muito deletério do ponto de vista da previsibilidade. Trabalhar com orçamento público é trabalhar com previsibilidade. Então, isso realmente nos é preocupante, já levei essa preocupação inclusive no Congresso Nacional, mas o fato é que geralmente quem está devendo tem mais representatividade, mais urgência nessas questões. Com relação ao que foi gasto em assistência social em 2019, foram cento e cinquenta e três milhões de reais, o orçamento com relação a toda

infraestrutura urbana, cento e setenta milhões. Asfalto é uma parte disso, mas não é todo o recurso. Eu vou pedir para enviar ao seu gabinete os recursos gastos com recape, enfim, e asfalto de ruas e também de saibro. Com relação aos duzentos e cinquenta milhões, operação da Caixa. Ela ainda não está assinada, a Câmara autorizou a celebração do contrato, nós ainda não assinamos o contrato final com a Caixa, então, não tomamos ainda nenhum recurso desse valor, que é um Finisa, que foi fechado em torno de 119% do CBI, uma taxa, talvez entre as mais baixas entre as capitais que conseguimos fechar. Mas ainda não tomamos nenhum recurso com relação a esse valor. É ainda na questão das dívidas, agora com relação às perguntas do Vereador Professor Euler, a posição de caixa do Município bruta é de dois bilhões, trezentos e setenta e seis milhões e alguma coisa, desse valor existem recursos que são vinculados, ou seja, recursos que decorrem, por exemplo, do FUNDEB, convênios, de aplicação obrigatória que não contamos, são destinados, têm destinações específicas, então, é um recurso que fica aguardando ser aplicado. Aliás, quando se vê o extrato de contas do Município, eu me lembro que em 2017, como não tinha dinheiro, olhei primeiro para esses recursos que eram vultosos, mas não podíamos lançar mão, não podíamos retirar esses recursos. Aliás, nesse sentido, o Estado do Paraná tem um mecanismo que funciona há tempos que se chama Sigerf. Esse mecanismo simplesmente permite apertar um botão e retirar esses recursos dessas contas vinculadas para depois devolvê-los ao Tesouro. O Tesouro fica com a obrigação de desenvolver, se devolve um dia. Foi o que aconteceu em Porto Alegre. Porto Alegre pegou recurso, salvo engano, da Companhia Esgoto e Saneamento. E pegou uma parte dos recursos por meio desses mecanismos. Quando o ente público não tem recurso, ele vai atrás desse caixa bruto. Então, dois milhões é o caixa bruto, o nosso caixa líquido hoje é em torno de um bilhão e alguma coisa. Por que não trocamos a disponibilidade pela dívida? É uma conta que a gente sempre faz do que a gente pode pagar, podemos antecipar algumas dívidas, temos estudados inclusive com relação à questão do IPMC, que é a nossa dívida mais cara, mas também temos programado investimentos com esses recursos. O fato de às vezes desembolsar numa pancada só, desculpa a palavra, quatrocentos milhões de reais significa, por exemplo, quase duas a operação da Caximba que podemos financiar. Então, se pensar do ponto de vista econômico, até de um impacto intergeracional que você vá amortizando esses investimentos com o tempo, você não tem esse desembolso e não tira a possibilidade do Município prestar uma assistência maior imediatamente, seja na saúde, por exemplo, em que as obrigações têm crescido e têm crescido muito. Sobrou muito para os municípios bancar recursos de saúde nos últimos anos. Temos colocado recursos, mas sinceramente a saúde sempre demanda mais. Nós também temos esse cálculo, mas não descartamos antecipar uma operação, em especial a mais cara delas, que é o IPMC. Não descartamos não. A pergunta do Vereador Herivelto já respondi, então me parece que este bloco já foi.- O SR. PRESIDENTE:- Vamos ao último bloco. Temos quatro Vereadores inscritos neste bloco, e as perguntas dos Vereadores estão encerradas. Agora, passamos a palavra ao Vereador Mauro Bobato, na sequência à Vereadora Maria Manfron, ao Professor Dalton Borba e, finalizando, Vereador Rogério Campos.- O Sr. Mauro Bobato:- Obrigado, Presidente Paulo Rink. Só queria agradecer a presença do Secretário Vitor e a toda sua equipe, e agradecer também pela maneira como a gente sempre é atendido. De maneira até informal, conforme a situação, o pessoal esclarecendo como é o funcionamento da máquina e quais os limites que podem ser. Em seu nome, agradeço toda a sua equipe que sempre se disponibiliza a nos orientar na medida do possível. Vou pegar essa pauta da Noemia também, Vitor, como teve frustração do ITBI, acho interessante rever isso também, porque é um valor considerável. Parece pouco 6%, mas acaba sendo um valor considerável. Acho que a possibilidade do cartão será útil, mas a possibilidade de rever a posição da Prefeitura perante o parcelamento. Seria uma solicitação. Parabenizá-lo pela presidência à frente dos Secretários e eu sei que hoje a gente tem uma lei de incentivo ao esporte, que de certa forma acaba sendo uma renúncia fiscal, mas fiz uma sugestão. Se possível, gostaria que a equipe estudasse

com carinho a possibilidade, Vitor, você sempre apontou que o ISS é o imposto do futuro na arrecadação do Município, a possibilidade de uma pequena porcentagem do ISS ser direcionado para o esporte. Entendo que a Prefeitura tem suas regras e seus limites, mas seria uma forma da comunidade local, por exemplo, a comunidade de bairro, recolher aquele tributo, o ISS, e uma pequeníssima porcentagem, seria uma maneira de incentivar, porque o contribuinte acaba fugindo um pouco de tributos, ainda não se criou essa disciplina no cidadão, que a gente paga tributo para ter prestação de serviços. Então, gostaria da possibilidade da Prefeitura criar um novo dispositivo, que um percentual do ISS fosse direcionado para o esporte local, que alguém conseguisse elaborar uma lei nesse sentido que fosse direcionado. Se fosse possível seguir esse caminho. No mais, parabenizá-lo e agradecê-lo mesmo e toda a sua equipe pela maneira como sempre nos atende. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Na sequência, passamos a palavra à Vereadora Maria Manfron. (Pausa). Ausente de Plenário. Então, passamos a palavra ao Professor Dalton.- O Sr. Dalton Borba:- Em primeiro lugar, quero agradecer a presença ilustre do nosso excelentíssimo Secretário Vitor Puppi para responder nossas perguntas. O meu questionamento é bastante objetivo. Eu fiz alguns pedidos de informação, no uso da nossa prerrogativa parlamentar, a respeito da situação dos integrantes da Guarda Municipal com relação aos vestuários e equipamentos para utilização no exercício da sua função. Também fiz alguns pedidos de informação com relação aos Centros de Educação Infantil e os Centros Municipais de Educação Infantil. E, em pesquisa elaborada, que foi realizada pelo meu gabinete, constatamos o fechamento de alguns muitos Centros de Educação Infantil, tendo em conta essa nova sistemática adotada pela atual gestão de terceirização da educação infantil, com a contratação de escolas privadas, com o anúncio de criação de cinquenta mil vagas, para as quais eu tenho uma demanda de aproximadamente quatorze a quinze mil pais que não conseguem acessar o sistema. Por fim, também encomendei uma pesquisa junto as UPAs de Curitiba e, a exemplo do que existe aqui, uma UPA já terceirizada, três a caminho da terceirização, e inclusive na contramão da postura determinada pelo próprio Tribunal Regional do Trabalho, da 9ª Região, por conta da contratação de médicos terceirizados. Todos os elementos que eu nomeiei aqui, Sr. Secretário, na área de segurança pública, educação pública e saúde pública, devem trazer um impacto social negativo nesse ano de 2020, por conta de um deficit na prestação desses serviços. A minha pergunta é se existe algum estudo a caminho, dessa atual gestão, para priorizar esses sistemas, em detrimento dos vultuosos investimentos em obras públicas, notadamente em asfalto, em Curitiba. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra a Vereadora Maria Manfron. Na sequência o Vereador Rogério Campos, que finaliza as perguntas dos Vereadores, e ainda teremos as perguntas do público que já se inscreveu.- A Sra. Maria Manfron:- Obrigada, Presidente. Eu só tenho que cumprimentar o nosso Secretário Vitor Puppi, porque como foi feito o trabalho dos Vereadores para recuperação de Curitiba, a votação, mas o senhor deve ter tido muito trabalho também. Sabemos que não é fácil cuidar da economia, cuidar de uma casa, imagine quando há uma dívida grande como o senhor e sua equipe conseguiram realizar, passar do "se" para o "há", isso é uma coisa muito importante. Então, só queria parabenizá-lo, Secretário, parabenizar toda a sua equipe, e falar como vocês são importantes para Curitiba. Parabéns e muito sucesso.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora. Com a palavra o Vereador Rogério Campos.- O Sr. Rogério Campos:- Muito obrigado, Presidente Paulo Rink. Agradecendo e parabenizando pela visita de toda a equipe da Secretaria. Secretário, o senhor citou que tem um grande gasto com a Guarda, questão de fardamento, munições, armamentos. Eu gostaria de saber quanto do orçamento do Município é destinado para a Guarda Municipal, na questão da segurança e condições de trabalho aos guardas municipais. E, também, lembrando e perguntando ao senhor o que significou a maior emenda que esta Casa fez, que eu liderei, que foi enviada para a Guarda Municipal. Os Vereadores se ajudaram e enviaram para a Guarda Municipal para dar condições dela ter um armamento diferenciado, com maior potência e

qualidade, assim ajudando a resguardar a vida dos guardas municipais. Gostaria que o senhor respondesse essas duas perguntas, por gentileza.- O SR. PRESIDENTE:- Para finalizarmos as perguntas dos Vereadores, com a palavra o Secretário Puppi.- O SR. VITOR PUPPI:- Muito obrigado pelas perguntas. Vou começar pelas perguntas do Vereador Mauro Bobato. O ITBI, sei que é uma demanda desta Casa, parcelamento, acredito que o cartão vá solucionar, mas vamos estudar outras formas. Agora, vale lembrar que a alíquota de Curitiba é inferior a outras capitais. A nossa máxima está em 2.7%, e temos várias cidades com 3%, mais até que 3%, três e alguma coisa. Então, me parece que nesse sentido está relativamente calibrado. Mas, vamos verificar como é que vai ser a questão da operação com o cartão de crédito, dito da forma do parcelamento. Tem uma dificuldade técnica em relação ao parcelamento na escritura. Porque se a partir do momento que se exige que o contribuinte pague o ITBI na escritura, para ele parcelar o tributo, ele teria, em tese, que parcelar o tributo antes de fazer o registro da escritura. Então, tem uma dificuldade técnica que teria que ser superada nesse sentido, mas acredito, volto a dizer, que a questão do cartão de crédito vai solucionar essa questão. Com relação ao ISS e a vinculação do ISS à determinada atividade, a própria Constituição e o Código Tributário proíbem a vinculação de impostos a destinações específicas. Existem outros mecanismos de se atribuir um percentual e, a partir desse percentual, prever um recurso orçamentário. Na prática depende muito da saúde financeira do município, porque se você não pode vincular esse recurso e o município não tiver o dinheiro disponível, ele não vai passar. Então, podemos estudar uma forma inteligente de incentivar o esporte, talvez com alguma previsão nesse sentido na secretaria que possa fomentar essas atividades. Mas com vinculação de tributo acho que não seria a melhor medida do ponto de vista jurídico. Com relação às perguntas do Vereador Dalton Borba, guarda municipal e equipamento. Aí já fala um pouco do que o Vereador Rogério Campos mencionou. A guarda municipal fará em breve uma licitação para adquirir armamentos mais modernos, não as famigeradas pistolas Taurus, mas pistolas mais modernas, importadas, enfim, que tenha a guarda condições de enfrentar a criminalidade e, aliás, vejam, tenho insistido nisso - cada pergunta é um gancho para falar nisso - a guarda também tomou muitas vezes a função da polícia militar. Contratamos aí um efetivo importante de guardas. E cada vez mais o município tem que fazer frente também a essa função da segurança pública, que lá atrás, quando se pensou a Constituição de 88, se pensava na guarda apenas como vigilantes dos próprios municipais. Hoje não, hoje tem a guarda aí de forma intensiva nas ruas, para garantir a segurança do cidadão. Então, é mais um serviço que o município tem que bancar. Com relação ao número do orçamento, eu tenho que verificar e já passo o valor nesse sentido. Segurança pública: temos cento e vinte um milhões de reais em 2019 e em 2020 cento e setenta e oito milhões de reais, justamente em decorrência dessas contratações que aumentam, o que é natural, não é uma crítica, mas aumentam o gasto com uniformes, com coletes, enfim. Então, o município precisa se provisionar desses recursos quando contrata a guarda. Assim como quando se constrói um CMEI. De nada adiantava antes construir CEMEIs se eles estariam fechados. Por isso mesmo que esta Câmara aprovou aqui um dispositivo de lei que garante, antes da construção do equipamento, a provisão do recurso. A mesma coisa a guarda, esses valores sobram em razão da importância que a guarda vai tomando em relação ao orçamento municipal. Voltando às perguntas do Vereador Dalton. Eu vejo de forma diametralmente oposta. Nós temos com a UPA CIC, que foi terceirizada, um resultado muito bom nas avaliações. As pessoas que precisam da UPA CIC a elogiam. A Secretária da Saúde vai estar aqui amanhã, então, também será possível direcionar essa pergunta a ela. Mas as UPAs terceirizadas têm se mostrado muito boas para a população. Por outro lado, ela é mais barata. Quanto a UPA, esse é um cálculo que temos item por item, remédio por remédio, enfim, que constitui parte do contrato das UPAs, em torno de quatrocentos mil reais por UPA a menos. Então, é difícil justificar se o serviço é equivalente, enfim, é difícil justificar o contribuinte gastar mais. Mais dinheiro do contribuinte para quê? As

vezes para pagar benefícios que em um órgão você tem e em outro você não tem. Então, temos entendido que com menos podemos fazer mais. Acho que o importante da Saúde é isso, otimizar a gestão de forma inteligente também, porque o que foi feito no Rio de Janeiro, a exemplo das Organizações Sociais, não deu muito certo. Mas me parece que as UPAs terceirizadas são um bom caminho. A UPA CIC foi uma experiência boa nesse sentido. E da mesma forma as vagas na educação infantil. Aumentamos as vagas. Nós dobramos o valor *per capita* que íamos pagar a essas conveniadas e tivemos um acréscimo, salvo engano, de cinco mil vagas na educação infantil. Agora contratamos mais mil professores para abrir mais salas dos CMEIs. Enfim, estamos atendendo por PSS. Estamos atendendo de uma forma fiscalmente responsável. Porque se o Município colocar mais mil professores, tem que se falar a verdade aqui, com previdência, com benefícios, com planos de carreira que por ora estão suspensos e precisam ser reimplementados, precisam ser repensados sim, mas de uma forma responsável, então se conseguirmos fazer menos com mais, me parece que esse é o caminho. Se abriremos em breve a Casa São Bento, que será aberta também pela Saúde, me parece que estamos conseguindo superar aí esses desafios, do ponto de vista do gasto público, para atender o contribuinte e também com mais qualidade. Quero também agradecer as palavras da Vereadora Maria Manfron. Muito obrigado, realmente é um trabalho em equipe. A equipe da Secretaria de Planejamento é muito técnica, os servidores são de um nível altíssimo, e eu fico feliz em poder trazer esses resultados aqui à Câmara.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Vamos às perguntas da população. Tenho aqui uma pergunta que praticamente já foi até esclarecida, mas vou fazer a pergunta na íntegra, porque a pessoa está participando dessa audiência pública. Pergunta do Sr. Luiz Vecchi da Silva: qual o percentual do orçamento municipal destinado à SMDS, à Guarda Municipal? Qual a destinação dos 30% da DREM incidente sobre os recursos oriundos de multas de trânsito? Na sequência temos a pergunta da Sra. Regiane Soldani. A pergunta é: o certificado de regularidade previdenciário do Município continua sendo concedido com base em decisão judicial devido a devolução dos seiscentos e noventa e cinco milhões do IPMC à Prefeitura? Com a palavra o Sr. Secretário, que também poderá fazer as suas considerações finais.- O SR. VITOR PUPPI:- Agradeço as perguntas. Com relação à pergunta do Luiz Vecchi, da defesa social, o valor é de cento e setenta e oito milhões de reais em 2020. Esse é o valor integral. Inclusive, temos um destino mais com outros recursos, o recurso da DREM, da desvinculação de receita. A desvinculação de receitas incide, por exemplo, receitas da Cosip, é um exemplo bastante significativo, arrecadamos mais de cem milhões de reais, cento e vinte, salvo engano, por ano na Cosip. E esses trinta e poucos milhões são livres para nós utilizarmos. Investimos na Guarda, na Saúde, em Educação. Enfim, é um recurso que é livremente manejado pelo Município. Parece-me que isso corresponde aí a essas perguntas. Estou à disposição para outras. Com relação à CRP, uma parte é verdadeira, uma parte não. A CRP continua sendo judicial, mas a Secretaria da Previdência já emitiu um parecer, a questão da higidez daquela operação que foi aprovada aqui na Câmara, da devolução da contribuição patronal do servidor inativo que foi compensada com aportes entre 2017 e 2018. Então, existe um parecer que foi oferecido por uma auditora fiscal da Receita Federal, e esse parecer foi subscrito pelo Secretário de Previdência, que inclusive hoje é Presidente do INSS, atestando que aquela operação foi hígida, transparente e legal. Então, não tem mais absolutamente nada com relação àquela operação do IPMC, que na verdade foi, tecnicamente, um perdão dos juros, porque não existia mais previsão legal de se passar contribuição patronal do inativo, e o Município, por outro lado, também não tinha recurso em 2017, eu mostrei durante a apresentação, para fazer os aportes. Então, nós conseguimos compensar esses valores e também incluímos orçamentos subsequentes a previsão de pagamento dos aportes, que é essa dívida que comentei agora de quatrocentos milhões, uma dívida muito cara. Com relação as minhas considerações finais, quero mais uma vez ressaltar o trabalho da Câmara de compreender as dificuldades iniciais do Executivo, compreender a necessidade

do Município ter restabelecido a sua credibilidade, ter orgulho de pagar em dia, ter orgulho de dizer que somos de Curitiba, somos cidadãos curitibanos e sim, estamos bem, estamos adimplentes e estamos planejando o nosso futuro com responsabilidade e com mais investimentos ao longo do ano. Muito obrigado a todos e agradeço a participação.- O SR. PRESIDENTE:- Eu que agradeço, Secretário. Agradeço a todos os presentes, população, aos participantes da Comissão de Finanças que estiveram presentes a esta Sessão e aos Vereadores hoje participativos nesta Audiência Pública. Esgotado o tempo previsto, damos por encerrada a presente Audiência Pública.- Do que, para constar, eu, Edson Rebello, Redator, lavrei a presente Ata de acordo com as Notas Taquigráficas, a qual será lida e assinada pelos componentes da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.-